



ARTIGOS COMPLETOS 1480



ARTIGOS COMPLETOS

ANÁLISE DE CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL: O MERCADO AUTOMOTIVO BRASILEIRO EM 2019 E 2020....	1481
CAPITALISMO E A DEGRADAÇÃO HUMANA	1491
CONSTRUÇÃO DE PATRIMÔNIO POR MEIO DE RENDA VARIÁVEL.....	1501
DESAFIOS E MELHORIAS DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS COM A IMPLEMENTAÇÃO DO OPEN BANKING	1510

ANÁLISE DE CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL: O MERCADO AUTOMOTIVO BRASILEIRO EM 2019 E 2020

Bruce Wellington Amorin da Silva¹, Luana Inada Souza Santos², Fernanda Cristina Pereira¹, Andre Junior Silva Wiezzel³

¹Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, SP. ²Universidade Virtual do Estado de São Paulo – UNIVESP, SP, ³ Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE, Presidente Prudente, SP. – E-mail: bruce.wellington@unesp.br

RESUMO

Este artigo analisa as estruturas de mercado do setor automotivo brasileiro em 2019 e 2020. Tal abordagem se justifica pela importância da concentração industrial na determinação da competitividade do mercado. O objetivo, portanto, é determinar as estruturas de mercado do setor automotivo brasileiro, conforme categorias do anuário da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores, A metodologia adotou a abordagem quantitativa, natureza aplicada, objetivo descritivo e procedimentos bibliográfico e documental. Como ferramentas de análises, usou-se CR(k), HHI, ET e número equivalente. Foi possível perceber que o setor de carros possui tendência à concentração e se caracteriza como concorrência monopolística. Os setores de comerciais leves, caminhões e ônibus são oligopolizados e concentrados, sendo esse último o mais concentrado de todos.

Palavras-chave: Concentração Industrial. Estrutura de Mercado. Mercado automotivo.

INDUSTRIAL CONCENTRATION ANALYSIS: THE BRAZILIAN AUTOMOTIVE MARKET IN 2019 AND 2020

ABSTRACT

This article analyzes the market structures of the Brazilian automotive sector in 2019 and 2020. This approach is justified by the importance of industrial concentration in determining market competitiveness. Thus, the objective is to determine the market structures of the Brazilian automotive sector, according to categories from the yearbook of the National Association of Automotive Vehicle Manufacturers. The methodology adopted a quantitative approach, applied nature, descriptive objective and bibliographic and documentary procedures. As analysis tools, CR(k), HHI, ET and equivalent number were used. It was possible to see that the car sector has a tendency to concentration and is characterized as monopolistic competition. The light commercials, trucks and buses sectors are oligopolized and concentrated, the latter being the most concentrated of all.

Keywords: Industrial Concentration, Market Structure, Automotive market.

INTRODUÇÃO

Em 2019 o Brasil foi o 8º maior produtor de veículos automotivos do mundo. Em 2020, caiu para a nona posição, com uma redução percentual da produção em 32%, comparada a um aumento de 2,2% em 2019. Essa queda não é exclusividade do Brasil, contudo, pois a produção global de veículos caiu 16% em 2020 (OICA, s.d.).

A importância do setor automotivo não está somente na geração de empregos diretos e indiretos, mas no desenvolvimento tecnológico e de modelos de gestão. Nesse sentido, pode-se citar o Modelo Fordista, com divisão de tarefas, organização de linhas de montagem, esteiras rolantes etc., permitindo a produção em larga escala com a redução de custos. Outro exemplo se trata do Modelo Toyotista, que lida com a produção enxuta e a flexibilidade da produção, racionalizando a logística e evitando desperdícios (SILVA, 2015). Um exemplo de desenvolvimento tecnológico se trata da tecnologia flex, que torna os carros flexíveis no uso de etanol e gasolina, sendo, na atualidade, 90% dos automóveis e comerciais leves (MORAES; BACCHI, 2014). Souza Filho (2015) cita que de 1981 a 1984 a produção nacional automotiva caiu

fortemente e a capacidade ociosa chegou a alcançar 27% do total. Assim, novos modelos produtivos foram desenvolvidos e na linha de montagem investiu-se em robotização, soldagem e pintura.

Há quem discorde, contudo, da importância da indústria automobilística no desenvolvimento tecnológico no quesito ambiental. Souza (2015) argumenta sobre a ineficiência dessa indústria e sustenta que grande parte do desenvolvimento tecnológico aproveitado por ela é oriundo de outras áreas ou de outros atores. Se por um lado Moraes e Bacchi (2014) citam parcerias entre empresas, por outro, também citam estímulos estatais, que envolvem o sistema tributário e até mesmo programas maiores, como o Pro-Álcool.

O Pro-Álcool, por sua vez, acaba sendo controverso no aspecto ambiental. A necessidade de emissão de dióxido de carbono foi incorporada posteriormente, como explicam Leite e Cortez (2007) e há pesquisas que indicam aumento da emissão desse composto, como pode-se ver em Vilella e colaboradores (2015) e Silva (2021), mas Souza (2015) considera que o futuro da emissão desses gases está nos veículos elétricos e híbridos, que o setor brasileiro está relativamente atrasado.

Nesse sentido, o desenvolvimento é dificultado, uma vez que como Souza (2015) explica, o mercado ainda é concentrado, sendo os líderes de vendas praticamente os mesmos desde o início da chegada do automóvel ao país. Aqui, há contribuição das vantagens das empresas já estabelecidas, ou seja, barreiras à entrada de novos concorrentes.

É importante citar, contudo, que a literatura sobre inovação e estrutura de mercado ainda é inconclusiva (HASENCLEVER; FERREIRA, 2013).

De qualquer forma, um estudo da PwC concluiu que os custos de produção de veículos automotores no México chegam a ser 18% menores que os do Brasil. Com a aplicação de impostos, a diferença alcança 44%. Isso significa que o carro brasileiro é menos competitivo que o carro mexicano, mesmo num cenário de importação de veículos mexicanos (ANFAVEA, 2019).

O objetivo desse trabalho, portanto, é determinar as estruturas de mercado do setor automotivo brasileiro, conforme categorias do anuário da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA, 2021).

METODOLOGIA DE PESQUISA

A metodologia adotada consiste em: 1) coleta e tratamento de dados (abordagem quantitativa); 2) os dados são referentes a um cenário prático (natureza aplicada); 3) busca-se entender tal cenário (objetivo descritivo) e 4) precisa-se de uma sustentação teórica para a pesquisa (procedimento bibliográfico) e de fontes estatísticas para obter os dados (procedimento documental).

O método quantitativo corresponde ao emprego da quantificação não apenas na coleta das informações, mas também ao tratar estatisticamente tais informações (RICHARDSON, 1999).

Gerhardt e Silveira (2009) abordam a questão da natureza de um trabalho, e explicam que quando é aplicada, tem-se como foco a geração de conhecimentos práticos, uma vez que se busca soluções a problemas determinados.

O objetivo descritivo permite entender detalhes particulares de determinado fenômeno (RICHARDSON, 1999).

Sobre pesquisa bibliográfica, entende-se que é a pesquisa de fontes secundárias, de documentação indireta, já que não se obtém dados próprios, mas de outros autores. Aqui, tem-se como objetivo a coleta de informações prévias sobre determinado assunto por meio da consulta de monografias, teses, artigos científicos etc. (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Também pode haver caráter documental, caso a pesquisa também se baseie na coleta de dados em fontes primárias (MARCONI; LAKATOS, 2003). Nesse sentido, tem-se fontes estatísticas, que nesse trabalho, são os dados da ANFAVEA (2021). Com base em Shy (1998), Kon (1999) e Resende e Boff (2013), os cálculos são realizados usando as equações apresentadas no subtópico 0.

DESENVOLVIMENTO TEÓRICO ESTRUTURAS DE MERCADO

A quantidade de agentes, a natureza do produto e a diferenciação do mesmo são os três elementos na determinação da estrutura de mercado (COSTA, 2012). A partir disso, tem-se os quatro tipos de estruturas de mercado: concorrência perfeita; concorrência monopolística; oligopólio e monopólio (MANKIW, 2013).

Pode-se pensar também no grau de substitutibilidade dos produtos na classificação da estrutura de mercado, variando de um continuum que se inicia com produtos perfeitamente perfeitos, passando por produtos sucedâneos próximos e chegando a produtos sem sucedâneos próximos ou remotos, conforme expõe Oliveira (2008).

CONCORRÊNCIA PERFEITA

O mercado de concorrência perfeita é definido por Mankiw (2013) como "um mercado com muitos compradores e vendedores negociando produtos idênticos, de modo que cada comprador e vendedor é um tomador de preço."

Vasconcellos e Garcia (2004) explicam que nesse mercado não é possível auferir lucros extraordinários, de forma que esse não ultrapasse os custos, incluindo aqui o custo de oportunidade. Esse tipo de mercado, contudo, não existe, mas há mercados que se aproximam, como o dos produtos hortifrutigranjeiros.

É importante citar que essas empresas copiam preços do mercado, não sendo capazes de determinar. São conhecidas, portanto, como "price takers" ou "tomadoras de preços" (RETAMIRO, 2006).

CONCORRÊNCIA MONOPOLÍSTICA

A concorrência monopolística é definida por Mankiw (2013) como "a estrutura de mercado em que muitas empresas vendem produtos similares, mas não idênticos." Conforme o mesmo autor, a concorrência monopolística mistura características da concorrência perfeita e do monopólio. Dessa forma, é uma estrutura de mercado intermediária, porém, não pode ser considerada um oligopólio (MANKIW, 2013).

Nesse caso, pode-se classificar as empresas como "price makers", pois a heterogeneidade dos produtos as confere essa habilidade (RETAMIRO, 2006). É nesse sentido que cada empresa monopoliza o próprio produto e outras competem com produtos similares. Exemplos desse tipo de mercado são o mercado de livros, jogos eletrônicos e biscoitos (MANKIW, 2013).

OLIGOPÓLIO

O oligopólio é definido por Mankiw (2013) como "uma estrutura de mercado em que apenas poucos vendedores oferecem produtos similares ou idênticos." Retamiro (2016) explica que a entrada a esse mercado é livre, mas há barreiras que favorecem o domínio de algumas empresas, como patentes e controle de insumos.

Os produtos são homogêneos ou diferenciados, sendo, de qualquer forma, substituíveis, pois satisfazem necessidades similares (OLIVEIRA, 2008). Exemplos desse tipo de mercado são os de medicamentos, automóveis, cigarros e cosméticos (RETAMIRO, 2016).

MONOPÓLIO

O monopólio é definido por Mankiw (2013) como "uma empresa que é a única vendedora de um produto que não tem substitutos próximos."

Na condição de monopólio, tem-se o absoluto oposto da concorrência perfeita, uma vez que não há produto concorrente nem substituto, uma vez que há fortes barreiras que impedem a entrada de concorrentes. Exemplo desse tipo de mercado são empresas produtoras de alumínio que controlam minas de bauxita (VASCONCELLOS; GARCIA, 2004).

Por se haver apenas uma empresa, a oferta da empresa é a oferta do mercado (OLIVEIRA, 2008). Portanto, a oferta é determinada pela empresa e o consumo pressupõe a aceitação das condições impostas pelo ofertante (VASCONCELLOS; GARCIA, 2004), sem haver possibilidade de buscar alternativas.

MEDIDAS DE CONCENTRAÇÃO

A estrutura de mercado determina a distribuição das empresas no mercado, de forma que se pode analisar tal mercado com base em sua concentração de ofertantes. Assim, tem-se uma boa noção da natureza concorrencial (BESANKO et al., 2021). Há, então, medidas de concentração que permitem identificar de forma preliminar como o poder de mercado se encontra, ou seja, o comportamento dominante (RESENDE; BOFF, 2013).

Para se analisar a concentração das indústrias, tem-se duas razões: tornar possível a comparação da concentração entre diferentes indústrias e fornecer conteúdo para autoridades regulatórias do mercado (SHY, 1998). É por isso que agências antitruste, como a Comissão Europeia (CE) e o Departamento de Justiça dos Estados Unidos (Department of Justice, DOJ) existem: atuar na prevenção de qualquer conduta anticompetitiva, analisando o potencial de monopolização de um mercado pós-fusão de empresas (BESANKO et al., 2012). No Brasil, a garantia da competitividade no mercado brasileiro é responsabilidade do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE, 2016).

RAZÃO DE CONCENTRAÇÃO

A razão de concentração permite determinar o poder de mercado das k maiores empresas, conforme Shy (1998) e Resende e Boff (2013), que apresentam a equação (1), que permite calcular, mais especificamente, a concentração das k maiores empresas.

$$CR(k) = \sum_{i=1}^k S_i \quad (1)$$

Onde:

$CR(k)$	Razão de concentração das k maiores empresas
k	Número de empresas
S_i	Participação de mercado (capacidade produtiva, Market-share, vendas etc.).

Sendo a equação (2):

$$S_i = \frac{X_i}{X} \quad (2)$$

Onde, no contexto desse trabalho:

X_i	Veículos licenciados da empresa i no ano considerado
X	Total de veículos licenciados no ano considerado

ÍNDICE DE HIRSCHMAN-HERFINDAHL

Shy (1998) e Resende e Boff (2013) também apresentam o Índice HHI, ou Índice de Hirschman Herfindahl, na equação (3). Nesse caso, é possível atribuir um peso maior às maiores empresas. Seus limites são definidos por $\frac{1}{n} \leq HHI \leq 1$ e quanto mais próximo de um, o mercado se encontra mais próximo de um monopólio.

$$HHI = \sum_{i=1}^n S_i^2 \quad (3)$$

Onde:

HHI	Índice de concentração
n	Número de empresas.

Pode-se interpretar os resultados conforme o Quadro 1, de Besanko e colaboradores (2012).

Quadro 1. Quatro classes de estrutura de mercado e a intensidade da concorrência de preços

Natureza de concorrência	Faixa de HHI	Intensidade da concorrência de preços
Concorrência perfeita	Normalmente abaixo de 0,2	Atroz
Concorrência monopolística	Normalmente abaixo de 0,2	Pode ser atroz ou leve, dependendo da diferenciação do produto
Oligopólio	0,2 a 0,6	Pode ser atroz ou leve, dependendo da rivalidade entre as empresas
Monopólio	0,6 ou maior	Costuma ser leve, a não ser que seja ameaçada pela entrada de novas empresas

Fonte: Besanko e colaboradores, 2012.

Também é possível classificar, conforme o DoJ (2010), como não concentrado, se o HHI for abaixo de 1500 pontos, mercado moderadamente concentrado, se for entre 1500 e 2500 e como altamente concentrado, se for acima de 2500. Essa classificação é a mesma utilizada pelo CADE (2016).

Também, é possível obter o número equivalente, V_H , que define um número de empresas com tamanho equivalente que levam ao mesmo índice, tendo $V_H \leq n$ e quanto mais próximo de n , menor restrição à competição, conforme Resende (1994) e Resende e Boff (2013), que apresentam a equação (4).

$$v_H = \frac{1}{HHI} \quad (4)$$

Onde:

v_H

Número equivalente associado a HHI

Também é possível, caso ocorra variação de n ao longo do tempo, adaptar o índice para comparações intertemporais, de forma que $0 \leq HHI' \leq 1$, conforme Resende e Boff (2013), que também apresenta a equação (5).

$$HHI' = \frac{1}{n-1} [nHHI - 1] \quad (5)$$

Onde:

HHI'

Índice ajustado ($0 \leq HHI' \leq 1$).

ÍNDICE DE ENTROPIA DE THEIL

Resende e Boff (2013) também apresentam a equação (6), que permite calcular a Entropia de Theil. Nesse caso, a concentração máxima é representada por zero e corresponde a um monopólio, sendo $s = 1$ e com limites $0 \leq ET \leq \ln n$.

$$ET = - \sum_{i=1}^n S_i \times \ln S_i \quad (6)$$

Onde:

ET

Índice de entropia de Theil

Esse índice é o inverso da concentração e representa o grau de incerteza de uma firma ao manter um cliente. Sob essa lógica, quanto maior concorrência, maior a incerteza (KON, 1999).

Resende e Boff (2013) ressaltam que também é possível calcular um número equivalente para ET e também realizar uma adequação às comparações intertemporais. As equações (7) e (8), respectivamente, lidam com essas questões. A única diferença é que no caso da equação (7), apesar de ser interpretada da mesma maneira que na equação (4), seus limites são $1 \leq v_T \leq n$.

$$v_T = e^{ET} \quad (7)$$

Onde:

v_T

Número equivalente associado a ET

$$ET' = -\frac{1}{\ln n} \sum_{i=1}^n S_i \times \ln S_i \quad (8)$$

Onde:

ET'

Entropia ajustada

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Quadro 2 e o Quadro 3 apresentam as oito maiores empresas em termos de licenciamentos nos anos de 2019 e de 2020, conforme a ANFAVEA (2021). Vale ressaltar que na categoria “ônibus”, há somente seis empresas citadas no anuário, sendo o sétimo colocado citado como “Outras Empresas”.

Quadro 2 – Oito maiores empresas por categoria no ano de 2019

Carros	Comerciais Leves	Caminhões	Ônibus
General Motors	FIAT Automóveis	Mercedes-Benz	Mercedes-Benz
Volkswagen	Volkswagen	MAN (Volkswagen Caminhões)	MAN (Volkswagen Caminhões)
FIAT Automóveis	General Motors	Volvo	Agrale
Renault	Toyota	Scania	Scania
Ford	Ford	Ford	Volvo
Hyundai	Renault	CNH (Iveco)	CNH (Iveco)
Toyota	HPE - Mitsubishi e Suzuki	DAF	Outras Empresas
Honda	Mercedes-Benz	FIAT Automóveis	-

Fonte: ANFAVEA, 2021.

Quadro 3. Oito maiores empresas por categoria no ano de 2020

Carros	Comerciais Leves	Caminhões	Ônibus
General Motors	FIAT Automóveis	Mercedes-Benz	Mercedes-Benz
Volkswagen	Volkswagen	MAN (Volkswagen Caminhões)	MAN (Volkswagen Caminhões)
FIAT Automóveis	General Motors	Volvo	Agrale
Hyundai	Toyota	Scania	CNH (Iveco)
Renault	Ford	CNH (Iveco)	Volvo
Ford	Renault	DAF	Scania
Toyota	HPE - Mitsubishi e Suzuki	FIAT Automóveis	Outras Empresas
Honda	Nissan	Ford	-

Fonte: ANFAVEA, 2021.

A Tabela 1 e a Tabela 2 apresentam os resultados calculados a partir dos dados obtidos.

Tabela 1. Resultados para o ano de 2019

Medida	Carros	Comerciais Leves	Caminhões	Ônibus
CR4	0,587706498	0,771135783	0,851551784	0,945203516
CR8	0,895330522	0,929342519	0,992154734	0,992833938 ¹
HHI	0,117368333	0,220253436	0,207089643	0,367461348
HHI ²	1173,68	2202,53	2070,90	3674,61
VH	8,52018576	4,540224281	4,828826713	2,721374657
HHI'	0,062203854	0,164557253	0,14101378	0,262038239
ET	2,327707535	1,933645343	1,762155665	1,268165745
VT	10,2544067	6,914670704	5,824980579	3,554327037
ET'	0,821578629	0,714036004	0,687013824	0,651708274

Fonte: Autor

Tabela 2. Resultados para o ano de 2020

Medida	Carros	Comerciais Leves	Caminhões	Ônibus
CR4	0,634835904	0,776907279	0,871596155	0,926638432
CR8	0,90079842	0,921489823	0,993699681	0,986792047 ³
HHI	0,125621728	0,252776784	0,227843696	0,324281804
HHI ⁴	1256,22	2527,77	2278,44	3242,82
VH	7,960406358	3,956059502	4,388973738	3,083737627
HHI'	0,070973086	0,199403698	0,157647669	0,211662104
ET	2,29097228	1,874185946	1,684074324	1,372171353
VT	9,884543551	6,515512984	5,38746158	3,943905013
ET'	0,808612696	0,692079469	0,677721364	0,705156584

Fonte: Autor

ESTRUTURA DE MERCADO DO SETOR DE CARROS

Em 2019 as quatro maiores empresas detinham 58,77% do mercado, enquanto que as oito maiores 89,53%. A grande mudança em 2020 foi a subida da Hyundai para a quarta posição e a queda da Renault para a sétima. Houve também uma concentração considerável das quatro maiores para 63,48% e uma pequena concentração das oito maiores, para 90,08%. Evidência de concentração também pode ser visualizada com o aumento de HHI' e redução de ET'.

O HHI, conforme a classificação de Besanko e colaboradores (2012), enquadra essa categoria como concorrência perfeita ou monopolística por estar abaixo de 0,2. As características do setor, contudo, deixam claro que se trata do segundo caso, não sendo razoável considerar o primeiro. O que reforça a estrutura de concorrência monopolística é o VH, que indica que há uma certa restrição da competitividade, com incremento da mesma, já que $n=17$ em 2019 e em 2020 e houve redução de VH em 2020. O mesmo se observa em VT.

Por fim, conforme a classificação do DoJ (2010) e do CADE (2016), por ter HHI de 1173,68 em 2019 e 1256,22 em 2020, o mercado é considerado desconcentrado.

ESTRUTURA DE MERCADO NO SETOR DE COMERCIAIS LEVES

Houve alteração mínima nos anos de 2019 e 2020 entre as quatro maiores, com as empresas continuando nas mesmas posições. Houve subida da Nissan para o oitavo lugar, contudo, tomando a posição da Mercedes-Benz. O CR4, no caso, era de 77,11% e 77,69% em 2020. Já o CR8 foi de 92,93% em 2019 e 92,14% em 2020. Apesar da baixa alteração no CR, o HHI' e o ET' evidenciam concentração do mercado.

¹ Nesse caso não se trata de CR8, mas CR6.

² Multiplicado por 10000.

³ Novamente, trata-se de CR6.

⁴ Multiplicado por 10000.

Já o HHI para os dois anos indica oligopólio, conforme os parâmetros de Besanko e colaboradores (2012), reforçado pela restrição à competitividade evidenciada pelo VH e pelo VT, uma vez que $n=15$.

Da mesma forma, conforme o DoJ (2010) e o CADE (2016), com HHI de 2202,53 para 2019 e 2527,77 para 2020, o mercado era moderadamente concentrado e passou a ser altamente concentrado.

ESTRUTURA DE MERCADO NO SETOR DE CAMINHÕES

O CR4 subiu de 85,15% em 2019 para 87,16% em 2020, enquanto o CR8 foi de 99,22% para 99,37%. Apesar de pouca variação, O HHI' e o ET' também evidenciam concentração do mercado.

O HHI, nesse caso, deixa claro a classificação de oligopólio, juntamente com VH e VT em $n=13$ em 2019 e $n=12$ em 2020, conforme a classificação de Besanko e colaboradores (2012). O oligopólio já vem sendo observado há muito tempo, podendo verificar essa classificação em Ferreira e Cirino (2013), que analisou o mercado pelo período de 1990 a 2010. Vale ressaltar que a própria redução do n se trata de evidência de concentração.

Com HHI de 2070,90 para 2019 e 2278,44 para 2020, novamente conforme o DoJ (2010) e o CADE (2016), o mercado é considerado moderadamente concentrado.

ESTRUTURA DE MERCADO NO SETOR DE ÔNIBUS

O CR4 caiu de 94,52% para 92,66%, assim como o CR6 de 99,28% para 98,68%, mas essa alteração ainda é pequena e não necessariamente, significa uma tendência geral à desconcentração. É preciso monitorar por períodos maiores a fim de verificar essa tendência. É importante citar que tanto o VH quanto o VT indicam restrição considerável à competitividade.

O HHI, conforme Besanko e colaboradores (2012), indica um setor oligopolizado, confirmado pelo ET. Isso era esperado, uma vez que há pouquíssimos atuantes nesse mercado, sendo $n=7$.

Por fim, o HHI no setor de ônibus foi de 3674,61 em 2019 e 3242,82 em 2020, ambos considerados altamente concentrados, conforme o DoJ (2010) e o CADE (2016).

ANÁLISE SOB OUTRAS CATEGORIAS

Carros e comerciais leves podem ser entendidos como o mesmo mercado ou não, assim como carros e comerciais leves podem ser subdivididos entre distintas categorias baseadas no preço. É difícil determinar as categorias a serem analisadas, mas esse artigo optou por usar as categorias do anuário da ANFAVEA (2021). Como pesquisa preliminar, esse artigo permite uma compreensão satisfatória desse tema e pesquisas posteriores com maiores subdivisões são bem-vindas.

Também é possível analisar somando todas as categorias. Silva (2015) fez esse tipo de análise pelo período de 2008 a 2014 e constatou elevada concentração, onde as quatro principais montadoras possuíam 82,2% do mercado em 2008 e 70,6% em 2014. Essa redução se dá pela entrada de novos atuantes. Nesse sentido, Souza Filho (2015) analisou os impactos da entrada da Hyundai no mercado automobilístico brasileiro e observou que conforme o critério do DoJ (2010), o mercado passou de "moderadamente concentrado" para "desconcentrado". A alteração de HHI, no caso, foi de 1.942,61 para 1.437,41. A análise ocorreu de 2009 a 2014.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O setor de carros apresenta maior competitividade e um setor menos concentrado, classificado como de concorrência monopolística. É importante citar, contudo, que por se tratar de um mercado de alta tecnologia e de altos custos, possui diversas barreiras à entrada de novos concorrentes. O mesmo vale para os outros setores.

Os comerciais leves apresentam um mercado oligopolizado, com menos concorrentes e conseqüentemente com competitividade distinta do setor de carros. Naturalmente, os preços se comportarão de forma diferenciada.

O setor de caminhões é fortemente oligopolizado e a tendência é que isso se intensifique.

O setor de ônibus, por fim, é o mais oligopolizado de todos. Possui, inclusive o menor número de concorrentes dentre as categorias analisadas e isso é indicativo das fortes barreiras à entrada.

As conclusões prévias levantam preocupação, uma vez que com o anúncio de encerramento de produção da Ford (2021) no Brasil, essa tendência é de concentrar ainda mais. Por isso, é importante

monitorar a variação entre 2020, 2021 e 2022 num futuro próximo, especialmente por já haver uma tendência a concentração, que pode ser intensificada nos próximos anos.

Por fim, as medidas de concentração são importantes formas de monitorar a estrutura de um mercado e podem fornecer evidências da competitividade existente nesse mercado.

REFERÊNCIAS

ANFAVEA - Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores. Anfavea apresenta estudo sobre competitividade e divulga os resultados do mercado. 2019. Disponível em: <https://anfavea.com.br/docs/07.05.19_Press_Resultados_Maio2019.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2022.

_____. Anuário da Indústria Automobilística Brasileira. 2021. Disponível em: <<https://anfavea.com.br/anuario2021/anuario.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2022.

BESANKO, D. et al. Concorrentes e concorrência. In: BESANKO, D. et al. (Org.). **A Economia da Estratégia**. Porto Alegre: Bookman, 2012. p. 219-251.

CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica. **Cartilha do CADE**. 2016. Disponível em: <<https://cdn.cade.gov.br/Portal/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/cartilha-do-cade.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2022.

_____. **Guia Análise de Atos de Concentração Horizontal**. 2016. Disponível em: <<https://cdn.cade.gov.br/Portal/centrais-de-conteudo/publicacoes/guias-do-cade/guia-para-analise-de-atos-de-concentracao-horizontal.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2022.

COSTA, R. D. S. **Análise econômico-financeira do mercado automotivo brasileiro (2007 a 2011)**. 2012. Monografia (Bacharelado em Administração) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande.

DoJ – Department of Justice. **Horizontal Merger Guidelines**. 2010. Disponível em: <<https://www.justice.gov/sites/default/files/atr/legacy/2010/08/19/hmg-2010.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2022.

FERREIRA, A. S.; CIRINO, J. F. Análise da estrutura do mercado brasileiro de caminhões, 1990-2010. **Textos de Economia**, v. 16, n. 2, p. 11-32, 2013. <https://doi.org/10.5007/2175-8085.2013v16n2p11>

FORD. Ford avança na reestruturação da América do Sul, encerra as operações de manufatura no Brasil e atende clientes com nova linha de produtos. **Ford Media Center**, São Paulo, 11 jan. 2021.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

HASENCLEVER, L.; FERREIRA, P. M. Estrutura de Mercado e Inovação. In: KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. (Org). **Economia Industrial: Fundamentos Teóricos e Práticas no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. p. 91-101. <https://doi.org/10.1016/B978-85-352-6368-8.00008-6>

SOUZA, K. R. Estrutura de mercado e as inovações na indústria automobilística: os automóveis híbridos e elétricos. **Revista Iniciativa Econômica**, v. 2, n. 1, 2015.

KON, A. Concentração e Centralização do Capital. In: KON, A. **Economia Industrial**. São Paulo: Nobel, 1999. p. 31-43.

LEITE, R. C. C.; C. L. A. B. O etanol combustível no Brasil. In: Ministério das Relações Exteriores (Org.). **Biocombustíveis no Brasil: Realidades e Perspectivas**. Brasília: Arte Imprensa, 2007. p. 60-75

MANKIW, N. G. **Introdução à economia**. 6. ed. Brasil: Cengage Learning, 2013.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MORAES, M. L.; BACCHI, M. R. P. Etanol: Do início às fases atuais de produção. **Revista de Política Agrícola**, v. 23, n. 4, p. 5-22, 2014.

OICA - International Organization of Motor Vehicle Manufacturers. **2020 production statistics**. S.d. Disponível em: <<https://www.oica.net/category/production-statistics/2020-statistics/>>. Acesso em: 18 fev. 2022.

_____. **2019 production statistics**. S.d. Disponível em: <<https://www.oica.net/category/production-statistics/2019-statistics/>>. Acesso em: 18 fev. 2022.

OLIVEIRA, C. M. **Introdução à Economia**. Vila Nova de Gaia: Instituto Superior de Línguas e Administração, 2008.

RESENDE, M.; BOFF, H. Concentração Industrial. In: KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. (Org). **Economia Industrial: Fundamentos Teóricos e Práticas no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. p. 55-65. <https://doi.org/10.1016/B978-85-352-6368-8.00005-0>

RESENDE, M. Medidas de concentração industrial: uma resenha. **Revista de Análise Econômica**, v. 12, n. 21 e 22, p. 24-33, 1994. <https://doi.org/10.22456/2176-5456.10488>

RETAMIRO, W. **Microeconomia**. 1. ed. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2016.

RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. 3. d. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

SHY, O. Concentration, Mergers and Entry Barriers. In: SHY, O. **Industrial Organization: Theory and Applications**. Londres: MIT Press, 1998. p. 169-217.

SILVA, B. W. A. **Etanol como aditivo à gasolina: uma análise teórico-computacional**. 2021. Monografia (Bacharelado em Engenharia Química) – Centro Universitário Toledo, Araçatuba.

SILVA, N. S. **Concentração do mercado automotivo do Brasil no período de 2008 a 2014**. 2015. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

SOUZA FILHO, J. A. S. **Um estudo de caso sobre a concentração industrial decorrente da entrada da Hyundai no setor automotivo brasileiro**. 2015. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

VASCONCELLOS, M. A. S.; GARCIA, M. E. **Fundamentos de Economia**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

VILELLA, A. C. S. et al. Efeitos do E27,5 em Veículos, Motocicletas e Motor a Gasolina. **Blucher Engineering Proceedings**, v. 2, n. 1, 2015. <https://doi.org/10.5151/engpro-simea2015-PAP180>

CAPITALISMO E A DEGRADAÇÃO HUMANA

Ana Celeste Casulo, Ana Veronica de Alencar, Mateus Pranzetti Paul Gruda, Matheus Fernandes de Castro, Washington Freire Pessoa

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, SP. E-mail: washington.pessoa@unesp.br

RESUMO

O mercado de trabalho no Brasil, caracteriza-se historicamente pela heterogeneidade estrutural dos vínculos laborais formais e informais. O surgimento da *Gig Economy* no setor de serviços, expõe no interior do mercado de trabalho uma nova precariedade laboral oriunda do capitalismo flexível e hipertardio. O caso do trabalho de motoristas de aplicativos representa o exemplo máximo do processo de precarização do trabalho e empobrecimento da dita classe média. A uberização expõe uma nova condição de precariedade da classe média que reflete de modo sintético, a nova configuração do mercado de trabalho urbano de serviços, no Brasil, e no mundo do capitalismo global como produto da acumulação das forças destrutivas do capital. Resultando toda sorte de adoecimentos, decorrentes da condição de proletariedade que transforma a superabundância de vida em morte. A este processo estamos denominado de degradação da pessoa humana.

Palavras chaves: precarização do trabalho, uberização, capitalismo, degradação, trabalho vivo.

CAPTALISM AND HUMAN DEGRADATION

ABSTRACT

The labor market in Brazil is historically characterized by the structural heterogeneity of formal and informal employment relationships. The *Gi Economy* contract in the service sector does not present a new job precariousness arising from capitalism and hyper late. The case of the work of app employees represents the maximum example of the process of precariousness of work and impoverishment of the so-called middle class. Uberization exposes a new condition of precariousness of the middle class that reflects in a synthetic way, the new configuration of the urban labor market, in Brazil, and in global capitalism as a configuration of the world's product of destructive forces. Resulting in all sorts of illnesses, arising from the condition of proletarianism that transforms the superabundance of life into death. We call this process the degradation of the human person.

Keywords: work precariousness, uberization, capitalism, degradation, living work

UBERIZAÇÃO, A NOVA DEGRADAÇÃO HUMANA

Vimos acompanhando no Brasil, cujo mercado de trabalho caracteriza-se historicamente pela heterogeneidade estrutural dos vínculos laborais - formais e informais - o surgimento da *gig economy* - economia de bico - no setor de serviços, repõe (e expõe) no interior do mercado de trabalho estruturado pela modernidade salarial, uma nova precariedade laboral oriunda do capitalismo flexível. O mundo do trabalho dos motoristas por aplicativos de transporte individual, por exemplo, expressa tal condição salarial - caracterizada ainda de um modo bastante impressionista por alguns autores - como sendo a denominada uberização do trabalho, que reflete de modo sintético, a nova configuração do mercado de trabalho urbano de serviços, no Brasil, e no mundo do capitalismo global.^{1,2-3}

As consequências para o trabalho vivo no capitalismo neoliberal, em sua atual fase destrutiva, são toda sorte de adoecimentos, pois se encontra submetida a relações de extrema precariedade de trabalho e de vida. Isso se deve à alta composição orgânica do capital, pois o sistema já não precisa de tantos operários como na época do fordismo. O que sobrou de força de trabalho supérflua está sendo inserida em modelos de prestação de serviços, ou seja, estão se localizando na circulação simples do capital. As empresas de plataforma vêm roubando uma parte do valor dessa força de trabalho miserabilizada e como não produz valor e rouba uma parte dos lucros dos trabalhadores, são chamadas de

empresas zumbis. De modo que os baixos valores recebidos pelo serviço prestado vêm promovendo ainda mais degradação da força de trabalho.⁴⁻⁵

A degradação da força do trabalho tem a ver com a essência do modo de produção capitalista, pois, o capitalismo, tem por principal característica constituir-se enquanto um sistema afetado de negação. A partir de suas contradições, são produzidas toda sorte de morfologias de trabalho das mais excêntricas, que atingem não só os ambientes de trabalho, mas também o cotidiano das pessoas. Um exemplo é dos trabalhadores que prestam serviço por intermédio de aplicativos. Nesses serviços não existe uma produção de valor e acumulação de riquezas com trabalho explorado. O trabalho de motorista por aplicativos não é um trabalho que se encontra na lógica da exploração anterior - quando o empregador comprava a força de trabalho, pagando por ela um valor menor do que ela agregava a produção das mercadorias, pois, neste novo modelo, as empresas funcionam como meros mediadores informacionais entre trabalhadores que prestam o serviço e os consumidores, cobrando um valor que varia entre 25% e 45% pela mediação.

Podemos conceituar o modelo Uber de organização do trabalho como sendo o sistema ideológico de auto empreendedorismo - uma meia verdade, usada para confundir a percepção da realidade objetiva e material - organizado por aplicativos informacionais e-hailing (prática de solicitar transporte privado por meio de um aparelho de comunicação móvel). O modelo de plataforma de serviços difunde a ideologia do auto empreendedorismo que captura grande parte do valor pago pelos serviços prestados, além de provocar a destruição programada do sistema de transporte urbano como taxi e ônibus.⁶

Os aplicativos de transporte prestam serviços eletrônicos na área do transporte privado urbano através de um aplicativo e-hailing que oferece um serviço semelhante ao táxi tradicional, conhecido popularmente como serviços de *carona remunerada*. Após doze anos de sua fundação em 2009, a Uber, principal plataforma/aplicativo no ramo que estamos nos debruçando neste momento, tornou-se uma empresa avaliada em 68,3 bilhões de dólares⁵ em 2022, contando com investidores como a Google e Goldman Sachs, o que demonstra o vínculo da Uber com o capital financeiro.

É fundamental na nova lógica de organização do trabalho vivo, a presença da base técnica informacional (o smartphone e o aplicativo e-hailing) e o veículo automotivo – alugado ou de propriedade do trabalhador uberizado – que são os elementos do processo de trabalho da prestação de serviço de transporte privado nas metrópoles e nas cidades de interior. O motorista que oferece o serviço; utilizando o aplicativo fornecido por empresas, tais como a Uber, 99, Cabify, dentre outras, não é reconhecido e nem se reconhece como trabalhador com vínculo empregatício. Deste modo, a ideologia do auto empreendedorismo promove a ocultação dos seus vínculos de trabalho, bem como de subalternidade e da relação social de exploração.⁷

Desta forma, acreditamos que o trabalho dos plataformizados apresenta um caráter equivocado, tendo em vista que o trabalho é central na vida das pessoas, e contribui para a produção de identidade e até mesmo de saúde mental das pessoas que trabalham. Ao mesmo tempo, o trabalho plataformizado tem levado ao aumento da espoliação dos trabalhadores, das desigualdades e dos adoecimentos, ganhando novas matizes, levando a uma precarização imensa nas condições de trabalho com impactos profundos na vida cotidiana dos trabalhadores. Impactos que vão desde adoecimentos físicos até a sofrimentos psicológicos. Contudo tais efeitos nefastos do modelo produtivo sobre a sociedade e sobre a subjetividade não começaram recentemente, eles estão vinculados ao nosso desenvolvimento histórico. Assim, pretendemos aqui, resgatar aspectos do desenvolvimento de nosso sistema produtivo e da política econômica como fatores fundamentais para a compreensão de nossa sociedade, ou seja, suas organizações, instituições e indivíduos. Para isso, retomaremos ao Fordismo e ao Toyotismo, tentando evidenciar seus impactos sobre o humano.

FORDISMO, INSTITUIÇÕES TOTAIS E SAÚDE MENTAL

O século XX foi marcado pelo pleno desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo e por uma intensa efervescência política. Neste momento histórico do capitalismo, surgiram também os governos autoritários, como os usualmente lembrados casos do Nazismo na Alemanha, do Fascismo na Itália e das ditaduras militares na América Latina, estas últimas, sob orientação dos EUA. Os governos

⁵ Bolsa de valores de Nova York. Uber Technologies. Disponível em: <https://www.msn.com/pt-br/dinheiro/stockdetails/nys-uber/financials?duration=1D>

autoritários e violentos são uma das possíveis respostas aos movimentos operários e revolucionários inspirados pela revolução de outubro de 1917 na Rússia; que culminou na formação da União Soviética.^{8,9-10}

É, também, durante o século XX, que o mundo assiste atordoado as duas Grandes Guerras e a pandemia da gripe espanhola. A indústria bélica que alimentou a primeira e a segunda guerras possibilitou, aos Estados Unidos, os anos dourados do fordismo e a implantação do estado de bem-estar social. Nos países considerados periféricos, como os países da América Latina, foram tempos de muita repressão e golpes militares, para garantir o pleno desenvolvimento dos EUA e do sonho americano.¹⁰⁻⁹ Essa mistura explosiva entre capitalismo de estado e autoritarismo culminou na produção e expansão das chamadas “instituições totais”, como manicômios, prisões e outros tipos de instituições asilares. Isto aconteceu, porque para sustentar as indústrias fordistas era necessário produzir uma sociedade com corpos adestrados e docilizados. As instituições totais eram fechadas e tinham por objetivo segregar os internos, considerados como criaturas degradadas, então produzidas pela não adaptação aos padrões sociais vigentes no fordismo. Elas controlavam todos os aspectos da vida desses sujeitos sob o pretexto de promover, assim, a cura para seus sofrimentos. É o período em que se desenvolvem os asilos, reformatórios, hospícios e, sobretudo, um grande aparato médico para readaptar e transformar aquela mão-de-obra improdutiva em produtiva, novamente.¹¹

O objetivo, então, era promover o máximo de controle sobre os corpos dos sujeitos, disciplinando-os e homogeneizando-os para que eles pudessem incorporar a disciplina necessária para o bom funcionamento do modo de produção capitalista. Era preciso controlar qualquer comportamento desviante que pudesse resultar em desperdício de energia física e mental, as quais deveria ser utilizadas para o exercício do trabalho. Segundo Marx¹³ (1963), no início, o modo de produção capitalista necessitava de uma organização social composta por uma grande massa de trabalhadores e de um número gigantesco de exército de reserva, a fim de garantir que a mão de obra fosse abundante e barata, conforme podemos observar no trecho abaixo.¹²⁻¹³

“O sedimento da superpopulação relativa vegeta no inferno da indigência, do pauperismo. Pondo de lado os vagabundos, os criminosos, as prostitutas, o rebotalho do proletariado, em suma, essa camada social consiste em três categorias, primeiro, os aptos para o trabalho. Basta olhar as estatísticas inglesas, referentes ao pauperismo para se verificar que seu número aumenta em todas as crises e diminuindo quando os negócios se reanimam. Segundo, os órfãos e filhos de indigentes irão engrossar o exército industrial de reserva. O terceiro, os degradados, desmoralizados, incapazes de trabalho são, notadamente, os indivíduos que sucumbem em virtude de sua incapacidade de adaptação, decorrente da divisão do trabalho, os que ultrapassam a idade normal de um trabalhador, incapazes e as vítimas da indústria, os mutilados, enfermos, viúvas etc., cujo número aumenta com as máquinas perigosas, as minas, as fábricas de produtos químicos e etc. O pauperismo constitui o asilo dos inválidos do exército industrial, do exército dos trabalhos mortos do exército ativo dos trabalhadores e do peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção e sua necessidade se compreendem na produção e na necessidade da superpopulação relativa e ambos constituem condições de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza. O pauperismo faz parte das despesas extras da produção capitalista, mas o capital arranja sempre um meio de transferi-las para a classe trabalhadora e para a classe média inferior.”¹³

No período dos operários de massa do fordismo, o capitalismo estava em seu apogeu valorizando-se pela exploração da força de trabalho e, por isso, ela deve ser docilizada, para que não perceba, nem mesmo compreenda, que quanto mais trabalha, mais pobre se torna. A produção de riquezas do operário, no interior desse sistema político e econômico, é inversamente proporcional a sua miséria tanto física quanto espiritual.¹³

A extração da mais-valia, pelo capitalista, vai transformando o homem que trabalha em uma peça da produção e retirando dele sua própria humanidade. As instituições totais, supracitadas, tinham essa função social de docilizar o trabalhador, adaptá-lo e normatizá-lo e, ao mesmo tempo, serviriam como depósito das assim chamadas “pessoas degradadas”. Não é à toa que Henry Ford, durante a expansão do fordismo - enquanto modo de funcionamento do capitalismo de produção e consumo de massa, preocupava-se demasiadamente com a vida íntima de seus subordinados, chegando inclusive a estimular e a criar padrões morais que estavam para além da vida do trabalhador no interior das empresas.¹³⁻¹⁴

Todavia, os dispositivos de manutenção social produziram tantos problemas, quanto à indisciplina que, pretensamente, combatiam. A institucionalização foi, e continua sendo, um processo de adaptação dos sujeitos aos modos de produção capitalista, que causam uma série de danos derivados das práticas moralizantes para a adaptação dos sujeitos, pois se baseiam em práticas autoritárias e de coerção. Segundo Goffman¹¹ (2004) o processo de dessubjetivação e desterritorialização, disparado pelo isolamento no mundo institucional, é denominado como *mortificação do eu*, uma vez que esse processo é baseado a partir da negação das subjetividades, identidades e objetivação extrema. Essas práticas eram sustentadas pelo discurso da periculosidade, irrecuperabilidade, incompreensibilidade da doença mental, ou dos ditos comportamentos desviantes.¹¹

Nesse contexto sócio-histórico-cultural, de controle moral da vida privada do trabalhador, com o auxílio das instituições totais, outros problemas de ordem moral e sexual começam a ser percebidos e ganham relevância. Eles se traduzem para o sujeito sob forma de sofrimento físico e mental, contribuindo para o surgimento de múltiplos sintomas, sobretudo a delinquência, como possibilidade de reação ao sistema de opressão da época fordista.

Para que esse mal-estar social não desencadeie um comprometimento massivo da classe trabalhadora, ou por outro lado, algum tipo de reivindicação social, a burguesia junto com a igreja iniciam, além do controle institucional - destacado acima - um movimento de controle ideológico. Na época do fordismo, assim como as Instituições Totais, as igrejas, protestante e católica, se aliavam com as frações burguesas. Assim o fordismo se baseia em dois valores principais: a submissão ao algoz econômico, como forma de bênção dos seus, seguido da repressão religiosa à permissividade.

Segundo Gramsci¹⁴ (2001), os instintos sexuais foram os que mais sofreram repressão da sociedade em desenvolvimento. Ford se interessava pelas relações sexuais de seus trabalhadores e pela acomodação de suas famílias, tudo com o objetivo de regular o gasto de energia do trabalhador, em aspectos da vida fora do trabalho e, por esse mesmo motivo, foram investidas iniciativas puritanas, nas quais, não somente o sexo foi o grande alvo destas práticas, mas também o alcoolismo. O sexo e o álcool se tornaram os inimigos número um do trabalho obsessivo, fundamental para o funcionamento adequado da organização do trabalho fordista. Observa-se então a intervenção industrial dentro da vida privada, a fábrica tenta dominar esta esfera da vida dos trabalhadores e passa a ditar normas e regras comportamentais, dentro e fora das empresas.¹⁴

Tal industrialismo, pautado na racionalização radical da organização do trabalho, é compreendido, por seus entusiastas, como uma contínua vitória sobre a animalidade do homem, um processo ininterrupto e doloroso de subjugação dos instintos aos novos e rígidos hábitos da ordem de exatidão e precisão, sendo um movimento semelhante ao que Freud descreveu em o mal-estar na civilização. Esse aumento de ações para controlar as pulsões individuais, dentro e fora do ambiente de trabalho, tiveram como resultado uma diversidade de modos de adoecimento psíquicos, por parte dos trabalhadores.¹⁵

As instituições totais seriam, então, os dispositivos fundamentais para a produção e reprodução dos discursos ideológicos do metabolismo social do capitalismo industrial da época, ademais tinham como objetivo moldar os sujeitos tidos como desviantes para que, após o tratamento, pudessem ser incorporados, ou reincorporados à tal sociedade, transformando-se em *cidadãos adaptados*, dentro das fábricas, ou fora delas, como exército de mão-de-obra de reserva. Tudo isso deveria ser assegurado então, por instituições de controle dos mais variados tipos que começaram a se multiplicar, nesse período, como: colégios religiosos, reformatórios para menores considerados infratores, manicômios, conventos e colégios internos. Criava-se toda uma forma para o desenvolvimento e a manutenção de um projeto de sociedade adaptada ao modo de produção capitalista industrial.

Desta maneira, se configuravam a superestrutura (instituições, sistemas de ideias, doutrinas e crenças) e a infraestrutura (base real da sociedade, forças produtivas e relações sociais de produção) que viriam a ser o modelo responsável pela construção de uma chamada hegemonia cultural. Entende-se por hegemonia cultural, a dominação que algumas classes exercem sobre outras, através dos dispositivos de controle do sistema educacional e das instituições religiosas, bem como pelos meios de comunicação que promovem a submissão dos dominados. Segundo Carlos Nelson Coutinho¹⁶ (2010), a infraestrutura mais a superestrutura formam o bloco histórico e este é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção, mas isso não consiste em um mero epifenômeno, isso é algo que tem uma densidade ontológica-social, fazendo com que as ideologias apresentem certa solidez.¹⁶

O TOYOTISMO E OS NOVOS PARADIGMAS DO CUIDADO

No final da década de 60 e início da década de 70, com o surgimento dos chips de silício, observamos, dentro das organizações, uma nova forma de organização do trabalho pautada na automação produtiva: o toyotismo. Há, nesse momento, uma nova formatação do organograma industrial, que passa a ser alardeada por seus defensores, como uma horizontalização das relações de poder, bem como um fortalecimento da solidariedade entre os trabalhadores que passariam a trabalhar em grupos, ou células de trabalho. Trabalhando em grupo, os operários, agora denominados colaboradores, passariam a ter maior conhecimento e controle sobre o processo produtivo, eliminando a grande verticalidade e rigidez do organograma taylorista/fordista. Contudo, o que não foi alardeado pelos defensores do toyotismo, é que o processo produtivo foi fragmentado, com suas diferentes partes espalhados pelo mundo, ou seja, por lugares onde a exploração da força de trabalho não encontrasse grande oposição de leis trabalhistas que impedissem as empresas de alcançar altas taxas de mais valor. Além disso, houve uma forte campanha de enxugamento e terceirização das partes menos essenciais do processo produtivo, o que se traduziu na precarização do contrato de trabalho de milhões de trabalhadores ao redor do mundo: desemprego e precarização se tornam mais frequentes.¹⁷⁻¹⁸

É exatamente nesse momento que o neoliberalismo se fortalece, principalmente na Inglaterra e nos EUA, como se fosse a melhor possibilidade de política econômica para o processo de globalização. Desde o começo, e também depois, quando se espalha pelos países centrais e demais países, ele está atrelado ao discurso do empreendedorismo, tentando ocultar a contradição capital/trabalho, responsabilizando os sujeitos pela sua condição (desempregado), afinal são livres para empreender e transformar, individualmente, suas vidas. Diante de um modelo produtivo e de uma política-econômica que afirmam, ainda mais radicalmente, uma dita liberação dos indivíduos do trabalho repetitivo e penoso (devido ao incremento da tecnologia e ao novo modelo organizacional), bem como da impossibilidade de satisfação das necessidades (por meio da maior facilidade de acesso ao crédito para o empreendimento e para o consumo), fortaleceu-se na sociedade, daquela época, o ideais de liberdade e o desejo de suprimir tudo que fosse contrários a eles, pelo menos na aparência. A década de 60 é, então, marcada por grandes movimentos sociais, no ocidente.

Nesses anos que antecedem o toyotismo e o neoliberalismo, vemos o fortalecimento da luta contra o autoritarismo, que se espalha por toda Europa, em parte impulsionada pelo pensamento de maio de 1968 - movimento político na França marcado por greves gerais e ocupações estudantis, em que a renovação dos valores veio acompanhada pela proeminente força de uma cultura jovem e, nesse contexto, o movimento da democratização da saúde mental e a compreensão desta como um direito, como parte indissociável de nossa humanidade. Contudo, vale destacar que tais movimentos e conjunto de ideias, fora do centro, ou seja, na América Latina, por exemplo, encontram grande repressão, até que elas vão se espalhando, durante as décadas de 80 e 90, quando os países periféricos e emergentes começam a se adequar às novidades da reestruturação produtiva toyotista e as suas decorrências na política econômica desses países.

A reforma psiquiátrica democrática italiana, que nasce como uma resposta ao modelo de instituições totais e disciplinares, floresce como uma bandeira de luta pela saúde enquanto um direito a partir de um processo de lutas de classes. Assim, a saúde mental deixaria de ser um mecanismo de controle e passaria a ser um direito social e a representar uma mudança na forma de tratar aqueles considerados como inaptos. Apesar de grandes conquistas alcançadas, o capitalismo reagiu rapidamente e aproveitou-se das revoltas sociais contra a opressão e produziu uma nova ideologia que não parece ser opressiva, mas que proporcionou o engajamento subjetivo às leis do mercado: captura da subjetividade.¹²⁻⁴

Nessa nova expansão do capital, o modelo de capitalismo de estado torna-se insuficiente para manter o lucro dos grandes capitalistas, surgindo com mais intensidade as formas de acumulação flexível. Esta nova forma de acumulação, junto com a intensificação da especulação financeira, necessita de um outro metabolismo social. Dentre outras, surgem as práticas e discursos de autoajuda, as quais nada mais são que ideologias criadas pelas elites dominantes para disciplinar os sujeitos, pois, as instituições totais deixam de ser lucrativas, afora que esse tipo de política de manutenção das mesmas é bastante dispendiosa. Na era do Toyotismo são as igrejas neopentecostais que assumem esse papel, incorporando, inclusive, todo o léxico toyotista na linguagem religiosa. Como um exemplo concreto desse fenômeno, observamos atualmente a igreja universal do Reino de Deus, quando esta fala aos seus fiéis *nossa equipe*

*vai te atender; pare de sofrer; tenha sucesso na vida financeira e amorosa; use a fé inteligente; supere suas dificuldades.*¹⁹⁻²⁰

Assim como no Fordismo, mas agora com uma nova formatação o controle invade o cotidiano dos trabalhadores. As atividades pulsionais naturais do sujeito desejante como o sexo, na época do fordismo era condenado enquanto forma de obtenção de prazer. O casamento era valorizado, sobretudo, os matrimônios que resultassem em filhos, uma vez que a família é aquela que produz a futura mão-de-obra a ser explorada pelas fábricas. Atualmente, com a ascensão do neopentecostalismo, o sexo é importante e deve ser praticado, mas somente com as bênçãos de deus. Constitui-se então, uma nova moralidade social, o que se torna uma nova repressão, pois nada é mais antierótico do que transformar o erotismo em uma obrigação.²¹

Resgatando os ideais de liberdade individual do toyotismo, de liberdade de mercado, da liberdade do trabalho (tecnologia e empreendedorismo), da liberdade de consumo, supracitados, juntando a liberdade sexual (abençoada por Deus), podemos imaginar que controle deixa de ser feito sobre o corpo e passa a ser realizado sobre a subjetividade da classe trabalhadora. O espírito do toyotismo é incorporado na sociedade sob a forma de ideologias de mercado, tais como o empreendedorismo e a teologia da prosperidade e da dominação. Ganha força também as práticas e discursos de autoajuda e para difundir essa nova forma de disciplinarização tem-se, dentre outras vias, as igrejas neopentecostais que representam o espírito do novo capitalismo financeiro e neoliberal.²²

A sociedade pós-disciplinar e as instituições totais não fazem mais sentido e em seu lugar são colocadas:

“Academias de fitness, prédios de escritórios, bancos, aeroportos, shopping centers e laboratórios de genética. A sociedade do século XXI não é mais a sociedade disciplinar, mas uma sociedade do desempenho. Também seus habitantes não se chamam mais sujeitos da obediência, mas são sujeitos de desempenho e produção. São empresários de si mesmos. Nesse sentido, aqueles muros das instituições disciplinares, que delimitam os espaços entre o normal e o anormal, se tornam arcaicos. A analítica do poder de Foucault não pode descrever as modificações psíquicas e topológicas que se realizam com a mudança da sociedade disciplinar para a sociedade do desempenho. Também aquele conceito da sociedade de controle não dá mais conta de explicar aquela mudança. Ele contém sempre e ainda mais uma negatividade.”²³

O fim da época fordista-keynesiano - que compreendeu o período de bem-estar social - e as novas formas de funcionamentos do capitalismo global exigem cada vez mais sujeitos adaptados, porém, as instituições totais não representam mais um dispositivo para seus fins. Portanto, o novo modelo disciplinar é o modelo do esportista, do sujeito que se transforma no “empresário de si mesmo.” O controle sai dos muros e ganha o campo ideológico atrelado a novas formas de linguagens capazes de manipular a subjetividade e fazer o trabalhador crer que ele agora é empreendedor de si mesmo.^{4,24-23}

Com a automação toyotista, com o constante aumento da criação e utilização de novas máquinas e com o desenvolvimento das Tecnologias de Informação, que passam a conectar o sistema produtivo que se espalha pelo globo, as empresas não precisam mais dos trabalhadores como precisavam no Fordismo, o que, depois de jogar o trabalhador para a informalidade ou para o desemprego, facilita que o mesmo possa se reconhecer como empresas humanas, ao buscar alternativas de trabalho e renda, em sua luta pela sobrevivência.²⁵

Diante do enxugamento do número de funcionários (*Downsizing*), fruto da nova organização do trabalho toyotista, não seria interessante para a burguesia que os antigos operários se engajassem em lutas coletivas e buscassem novos rumos para a economia política que atendessem seus interesses como uma classe, pois o resultado disso poderia se afastar e muito não só da organização toyotista, mas das próprias bases produtivas onde se assentaram o Fordismo e o Toyotismo, ou seja, o sistema Capitalista de produção. Mas, para que isto seja efetivo, precisa-se de um discurso capaz de organizar o metabolismo social. Desta forma, surgem *intelectuais orgânicos* das classes abastardas produzindo as ideologias empreendedoras.

Um grande número de teorias de autoajuda passam a ser divulgadas pela via de soluções individuais e mágicas, conseguidas diante da autodisciplina, inclusive, mecanismos de controles manicomial são todos presentes nessas novas ideologias do empresário de si. Para ajudar a difundi-las, as igrejas evangélicas neopentecostais transformam a espiritualidade dos indivíduos aflitos em ideologias

empresariais. As igrejas neopentecostais passam a oferecer oração, cursos, palestras e congressos⁶ para aburguesar o proletariado – pessoas empobrecidas que vivem da sua força de trabalho - ao mesmo tempo que oferece uma realidade alternativa aos trabalhadores desempregados, desesperados, desamparados e marginalizados. Um dos principais efeitos que essas igrejas, juntas com essas novas ideologias, produzem é o rompimento dos laços de coletividade, enfraquecendo também a luta de classes.²⁶

“A religiosidade neopentecostal em sua narrativa mágica dissemina e propaga ideologicamente que a única solução possível é pela via da inserção exasperada ao capitalismo. A única modalidade possível de resposta está na submissão profunda ao algoz econômico e em nome de uma proteção travestida de prosperidade. Com isso, suspende-se a divisão católica entre o sagrado e o mundano. O divino está em toda parte e em qualquer hora e lugar, sem intermediários privilegiados. Isso cria um empuxo brutal de individualização, como processo de leitura do cotidiano, associado com a direção comunitária, com baixa institucionalidade, apontando regras gerais. O pastor neopentecostal é gestor de testemunhos, mais do que um intérprete dos textos sagrados.”²²

O que está em jogo além do enfraquecimento da luta dos trabalhadores, enquanto sujeito histórico, enquanto classe, por dignidade é um novo paradigma do cuidado que nega a saúde mental como um direito social. Para esse movimento, que corre por fora da reforma democrática italiana, supracitada, corresponde a um outro paradigma: a saúde enquanto bem de consumo. Uma vez que esse outro paradigma fomenta um mercado de consumo de livros, cursos, pacotes de tratamento clínicos que prometem transformar o sofrimento da exploração e espoliação, ao qual os trabalhadores estão submetidos, em dinheiro. O sujeito que se submete a esses tratamentos está preso a ilusão de que irá ter sucesso e dinheiro.

O paradigma da autoajuda pode ser compreendido como um movimento reacionário, se analisarmos que este tem por objetivo abafar a luta dos trabalhadores pelo direito à saúde, transformando-o em bens de consumo. Os representantes dessas ideologias da autoajuda têm como discurso central a desarticulação dos trabalhadores ao promover um controle disciplinar mais eficaz do que os controles disciplinares exercidos nas instituições totais, uma vez que essas ideologias não apresentam a cara do autoritarismo.

Nessas ideologias, aparentemente, existe uma relação de parceria entre os dominados e os dominadores. E para que o trabalhador se curve a esta ideologia, ele inconscientemente é manipulado das mais variadas formas, como por exemplo, pelo medo da pobreza e da miséria, mas de forma explícita e consciente pelo desejo do consumo, possível, segundo elas, a *todos os que se esforçam*, já que somos livres para nos autodisciplinar: *basta querer, pois querer é poder*. Entretanto, o trabalhador não consegue perceber que essas ideologias são ao mesmo tempo a causa e efeito de seu próprio empobrecimento financeiro, espiritual e psíquico. O que essas ideologias fazem é apelar para o narcisismo do sujeito individual, já que elas põem o sujeito no centro, ao mesmo tempo que, sorrateiramente vai desresponsabilizando o estado e as empresas de qualquer compromisso social. As ideologias da autoajuda têm por objetivo evitar e conter o pânico social causada pela produção e reprodução da pobreza e da desigualdade. Esse novo paradigma compõe o novo bloco histórico do novo capitalismo financeiro hegemônico.²²

No toyotismo, a liberdade se transforma no novo paradigma da coação. Sendo essa, inclusive, mais violenta simbolicamente, do que as formas anteriores de coação, pois o sujeito não é reprimido, muito pelo contrário, ele é incentivado a se auto explorar sem saber. Seja livre! “Uma vez que, o poder, se faz passar por liberdade torna-se, invisível e mais eficaz do que o poder disciplinar repressiva disciplina.”²⁶ Isso se deve ao fato de que a pressão para o trabalho está no poder, ou seja, na possibilidade de poder fazer, ao contrário de outras formas de dominação, já que aqui, o poder fazer é ilimitado. A liberdade se transforma

⁶ Oração pelos Empresários no Templo de Salomão - Bispo Júlio Freitas. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=1063368190381300>.

Segunda-Feira: Congresso Para o Sucesso. Disponível em: <https://www.universal.org/agenda/post/palestra-motivacional-para-o-sucesso-financeiro/>

Já pensou em empreender e ainda manter a carteira assinada? Disponível em: <https://www.universal.org/noticias/post/ja-pensou-em-empreender-e-ainda-manter-a-carteira-assinada/>

em uma contra figura da coação. E algumas das principais patologias emergentes, produzidas pelo toyotismo, são a depressão, o Burnout e o fracasso.

“O sujeito do rendimento, que se pretende livre, é na realidade um escravo. É um escravo absoluto, na medida em que sem qualquer senhor se explora a si próprio de forma voluntária. Não tem diante de si um senhor que o obrigue a trabalhar. O sujeito do rendimento absolutiza vida sem mais e trabalha. A vida sem mais e o trabalho são duas faces de uma mesma moeda.”²³

Essa nova forma de organização do capitalismo exige uma outra postura da sociedade para que ela tenha sustentação. Para o capitalismo neoliberal funcionar é necessário que todas as pessoas estejam inseridas nesse universo de auto exploração, engajadas subjetivamente. O chamado “capitalismo de plataforma” - salientando que há diversas outras terminologias empregadas para se referir ao atual período - é atualmente a expansão do desenvolvimento pleno das forças produtivas, pois, está baseado no trabalho cognitivo, difundido a partir do toyotismo.²⁸

“O espectro da servidão voluntária ou da auto perversidade sádica que se satisfaz com a sua própria desefetivação humano-genérica tende a proliferar na ordem burguesa tardia (a nova vigência de Sade – com referência ao Marques de Sade é a explicação de que hoje, o homem burguês é, antes de tudo, um perverso, isto é, ele se satisfaz com a sua própria alienação.”²⁹

Como síntese conclusiva, os autores entendem que o capitalismo neoliberal com suas empresas virtuais se constitui como verdadeiras fábricas de carecimentos e estranhamentos. A necessidade de consumo se interverte em consumismo, instigados pela estrutura midiática de manipulação cotidiana. O consumo serve apenas para satisfazer carecimentos estranhados, como consequência da vida reduzida a trabalho alienado.¹

A consequência de toda essa transformação no mundo do trabalho, em especial com o surgimento da *Gig Economy*, como é o caso dos motoristas por aplicativos, consiste, além da perda dos vínculos trabalhistas no processo de desefetivação da pessoa humana que trabalha, tendo como consequência cadente a ruptura brutal dos laços sociais de solidariedade entre os trabalhadores, embrutecendo-os e transformando-os em inimigos. Homo lúpus, homini: corrosão de caráter e captura da subjetividade e a total incapacidade de promover uma resposta coletiva. Essa incapacidade de promover a resposta coletiva colocou a classe trabalhadora no estado de degradação e conseqüentemente extinção pela necropolítica.

REFERÊNCIAS

- Alves G. Dimensões da precarização do trabalho: ensaios de sociologia do trabalho. Bauru: Canal 6. Projeto Editorial Praxis, 2013.
- Abilio L. Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. Revista Psicoperspectivas: indivíduo y sociedad, v. 18, n. 3, 2019. p. 1-11.
- Singer P. Dominação e Desigualdade: Estrutura de Classe e Repartição de Renda no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1981.
- Alves G. Trabalho e subjetividade: o espírito do Toyotismo na era do capitalismo manipulatório, São Paulo, editora Bointempo, 2011. 168 p.
- Harman C. Zombie Capitalismo: Global Crisis and the relevance of Marx. Ed. Haymarket. Books. Chicago. 2009.
- Oliveira WM. Minha batalha contra a UBER. Editora belo horizonte. 2021. 160 p.
- Alves G. Precarização do trabalho e saúde mental: o Brasil da era neoliberal / Ana Celeste Casulo, Carla Silveira, Giovani Alves e Petilda Vasquez (Orgs.). Bauru: Canal 6. Projeto Editorial Praxis, 2018.

- Vuillard E. A nova ordem do dia. Tradução Sandra Stroparo. União Europeia: Editora Tusquets, 2019. 144 p.
- Bandeira ML. A desordem mundial: o espectro da total dominação, guerras por procuração, terror, caos e catástrofes humanitárias. Rio de Janeiro, editora: civilização brasileira, 2016. 717 p.
- Safate V. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e neoliberalismo como economia moral. In: Safate V; Junior N; Dunker C. (Org.). Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico. São Paulo / Belo Horizonte. Autêntica. 2020. 288 p.
- Goffman E. Estigma - notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 2004. 124 p. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/308878/mod_resource/content/1/Goffman%20%20Estigma.pdf
- Basaglia F. A instituição Negada. São Paulo. Paz e terra. 2008. 326 p.
- Marx K. Trabalho Assalariado e Capital. 2 ed. Rio de Janeiro: Editorial: Vitória, 1963.
- Gramsci A. Cadernos do cárcere 4. Temas de Cultura. Ação católica. Americanismo e Fordismo. São Paulo. Civilização Brasileira. 2001. 396 p.
- Freud S. O mal-estar na civilização e outros textos. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 496 p.
- Coutinho CN. O estruturalismo e a miséria da razão. Editora. Arte popular. São Paulo 2010. 288 p.
- Lima, MEA. Os equívocos da excelência: novas formas de sedução. São Paulo: Vozes, 1996.
- Antunes R. Os sentidos do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000. 264 p.
- Harvey D. Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 25 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1992. 352 p.
- Slee, T. Uberização: a nova onda do trabalho precarizado. São Paulo: Elefante Editora, 2018. 320 p.
- Žižek S. Primeiro como tragédia depois como farsa. Boitempo, São Paulo. 2009. 136 p.
- Safate V; Junior NS; Dunker C. Neoliberalismo como Gestão do sofrimento psíquico, 1 ed. São Paulo: Autêntica. 2021.
- Han, BC. O que é poder? Petrópolis: Editora Vozes. 2015. 216 p.
- CHAUÍ, M. Neoliberalismo: a nova forma de totalitarismo. A terra é redonda, 06/10/2019. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/neoliberalismo-a-nova-forma-do-totalitarismo/>.
- Gaulejac V. Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. Aparecida (SP): Ideias e Letras. 2000.
- Ehrenberg A. O culto da performance: da aventura empreendedora à depressão nervosa. Tradução de Pedro F. Bendassolli, São Paulo: Ideias & Letras, 2010. 240 p.
- Han, BC. Sociedade paliativa: a dor hoje. Editora Vozes. 2021. 120 p.
- Grohman R, Trabalho plataformizado e luta de classes. Revista Margem Esquerda, n. 36. 2021. p. 40-46.

Roudinesco E. A parte obscura de nós mesmos: uma história dos perversos. Rio de Janeiro. Editora Zahar. 2007. 224 p.

CONSTRUÇÃO DE PATRIMÔNIO POR MEIO DE RENDA VARIÁVEL

Alexandre Godinho Bertocello

Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE, Presidente Prudente, SP. E-mail: bertocello@unoeste.br

RESUMO

O período de juros negativos vividos em 2021 trouxe uma nova realidade para os investidores no Brasil, não é possível proteger o patrimônio da inflação dentro da nova realidade imposta no Brasil e em vários países no mundo. O brasileiro tem o hábito de fazer investimentos em renda fixa e na sua grande maioria na poupança, mas há algum tempo vem perdendo dinheiro de forma sucessiva. Este artigo teve como objetivo colaborar para formação de estratégias para construir patrimônio por meio de renda variável, com foco nos ativos oferecidos pela B3. Para tal utilizou-se de metodologias de pesquisa bibliográfica, quantitativa, explicativa em um recorte temporal de 26 anos, passando pelas 4 grandes crises globais; 1997; 2001; 2008; e 2020. Como resultado foi possível identificar as variáveis dependentes e independentes do mercado financeiro e desta forma, apontar para janelas de oportunidades padrões e assim identificar possíveis estratégias para construir patrimônio por meio da renda variável no Brasil.

Palavras-chaves: B3. Renda fixa. Carteira de investimento. Crise global.

MAKE HERITAGE THROUGH VARIABLE INCOME

ABSTRACT

The period of negative interest experienced in 2021 brought a new reality for investors in Brazil, it is not possible to protect assets from inflation within the new reality imposed in Brazil and in several countries around the world. Brazilians have the habit of investing in fixed income and mostly in savings, but for some time they have been losing money successively. This article aimed to collaborate in the formation of strategies to build equity through variable income, focusing on the assets offered by B3. To this end, were used research methodologies as bibliographic, quantitative, explanatory in a time frame of 26 years, passing through the 4 major global crises; 1997; 2001; 2008; and 2020. As a result, it was possible to identify the dependent and independent variables of the financial market and, in this way, point to standard windows of opportunity and thus identify possible strategies to build equity through variable income in Brazil.

Keywords: B3. Fixed income. Investment portfolio. Global crisis.

INTRODUÇÃO

Construir um patrimônio por meio da renda variável, não é uma prática comum na cultura brasileira. Historicamente o Brasil sempre teve juros altos e por este motivo a renda fixa continuamente foi o caminho mais simples dos investidores e a poupança a aplicação mais popular entre os brasileiros de baixa renda.

O principal ambiente para negociar renda variável no Brasil é bolsa de valores, resumindo as atividades de uma bolsa de valores pode-se exemplificar atividade econômica da seguinte forma. Bolsa de valores é um mercado organizado onde ocorrem negociações de ações e outros valores mobiliários como títulos públicos e commodities.

“A primeira bolsa de valores surgiu na Bélgica, na Antuérpia, em 1531. Comerciantes se encontravam em um local para negociar cartas de crédito e notas promissórias de empresas, governos e indivíduos.” (BTG PACTUAL DIGITAL, 2018), com o passar dos anos a ideia se expandiu surgindo as “stock exchanges” em tradução livre significa bolsa de valores, o surgimento de regras e o amadurecimento deste mercado facilitou as negociações e proporcionou segurança para os investidores.

“Para algumas pessoas, Bolsa de Valores significa uma forma de ganhar a vida, se sustentar, garantir a independência financeira ou a própria aposentadoria.” (RAFAEL, 2021), por outro lado, para

outras ela pode ser apenas uma forma de acompanhar o mercado e seus sinais, para tentar prever os próximos movimentos econômicos. Independente do foco, e ou, objetivo, a bolsa de valores é muito importante para todo o mercado financeiro, pois colabora para compreender seu mecanismo e assim dar sinais para todos stakeholders.

Apesar da renda variável poder ser classificada em vários ativos: valores mobiliários; títulos públicos; mercado futuro de commodities; e ações. Este trabalho teve como objeto de estudo as ações de empresas cotadas em bolsa, como definição, uma ação pode ser entendida como a menor parcela do capital social de uma empresa.

A bolsa de valores no Brasil, conhecida como B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) pauta seu funcionamento da seguinte forma; uma empresa S.A (Sociedade Anônima) “X” com interesse de arrecadar fundos e financiar seus projetos decide disponibilizar parcelas de participações (ações) da empresa em troca de dinheiro, como se estivesse chamando novos sócios, isso é conhecido como abertura de capital.

Quando isto ocorre a empresa realiza um IPO (Initial public offering) ou Oferta pública inicial, a partir desse momento a empresa é cotada diariamente na bolsa de valores e começa a ser negociada, a oferta inicial na B3 é classificado como mercado primário.

As negociações feitas após o IPO são classificadas como mercado secundário, os números e as oscilações que se observa nas cotações da B3 são todas do mercado secundário, empresas ou pessoas físicas que não participaram do IPO e desejam comprar ações fazem ofertas de compra destes ativos e concomitantemente agentes que compraram inicialmente as ações fazem ofertas de vendas, estabelecendo assim o preço de mercado por meio da oferta e demanda.

Sabe-se que cada ação é a representação da menor parcela do capital social de uma empresa, e observa-se que estas ações no mercado brasileiro são subdivididas ainda em dois tipos de ações; as ações ordinárias (ON) e as ações preferenciais (PN). (RICO, 2022)

Ações ordinárias são as mais comuns na B3, a principal característica desse tipo de ação é que elas oferecem ao investidor o direito de votar nas assembleias da empresa, desta forma o acionista pode participar ativamente da construção das ações da empresa.

Outra vantagem é que uma ação ON usufrui do “tag along”, que é o direito de receber 80% do valor que foi pago pelas ações do grupo controlador, em caso de venda da empresa. Ao mesmo tempo, há a desvantagem da ON nos dividendos, afinal são os sócios preferenciais que tem a preferência na divisão dos lucros e só são distribuídas após os pagamentos das PN e credores.

Ações Preferenciais apesar da preferência dos dividendos, não tem poder de voto nas assembleias, seus ativos não são exigíveis, em outras palavras, a empresa pode comprar a qualquer momento as ações sem precisar se justificar e não se aplica a elas o “tag along”, podendo assim, em casos extremos todo o patrimônio ser reduzido a zero.

Quando comparado a outros países, no Brasil os investidores na B3 representam 2,3% da população, enquanto nos Estados Unidos os investidores em bolsas apresentam mais de 60% da população. O número de investidores continua crescendo, em janeiro de 2022, na B3 atingiu 5 milhões de investidores pessoa física (PF), sendo sua maioria homens 3,8 milhões e 1,2 milhões de mulheres (B3, 2022).

Naturalmente a ausência de conhecimento dos mecanismos da renda variável pode afugentar investidores, outro fator evidente é a falta de educação financeira no país. Assim, fica evidente a lacuna, seja de conhecimento ou de cultura investidoras no Brasil, este artigo demonstrou como construir um patrimônio por meio da renda variável, de maneira simples e objetiva, desta forma contribuir para diminuir a falta de informação ou pelo menos parte dela.

Foi possível demonstrar formas de acumular capital em renda variável com o passar do tempo. Além de contribuir para a educação financeira de debutantes na bolsa de valores, de forma simples, profunda e objetiva, e assim, fornecer informações adequadas de entender ou ter um discernimento médio sobre tal assunto.

Para tal, foi pontuado metas específicas que podem se transformar em ativos importante para investir em rendas variáveis na B3 cito: definição do que é acúmulo de capital; verificar o histórico do acúmulo de capital na renda variável no Brasil; e por fim, traçar forma de elaborar a melhor carteira de investimentos de renda variável no Brasil.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para a análise comparativa entre renda fixa e variável, foram utilizados índices consolidados na economia e existentes durante todo o espaço temporal determinado, apesar de compreender que; CDB; LCIs; LCAs; COEs; Fundos imobiliários; entre outros fazem parte do leque de carteiras para os investidores, para esta pesquisa considera-se renda fixa o CDI e a Taxa Selic, já a renda variável o índice do Ibovespa e como beta o valor do câmbio.

A sigla CDI significa Certificados de Depósito Interbancário, segundo Abreu (2022) trata-se de uma taxa com lastro em operações realizadas entre instituições bancárias, são títulos que os bancos emitem com o objetivo de transferir seus recursos para outra instituição. O BACEN (Banco Central, doravante BC) definiu que todos os bancos brasileiros precisam fechar o dia com um saldo positivo em caixa, então para não ocorrer que o saldo fique negativo as instituições financeiras fazem empréstimos entre si.

A principal característica do CDI é acompanhar a variação da taxa Selic e representar condições de liquidez (variações), ele é importante pois vários títulos privados acompanham esse valor, como por exemplo o CDB, LCI e LCA, eles variam com uma porcentagem do índice podendo ultrapassar 100% do CDI.

Já a taxa Selic segundo o próprio BC é a taxa básica de juros da economia. É o principal instrumento da política monetária para controlar a inflação, ela influencia todas as taxas de juros do Brasil. A Selic refere-se à taxa de juros apurada nas operações de empréstimos de um dia entre as instituições financeiras que utilizam títulos públicos federais como garantia.

O BC opera no mercado de títulos públicos para que a Selic esteja sempre alinhada com a meta definida em reunião do Copom (Comitê de Política Monetária do BC), apenas em momentos de estresses financeiro cobra-se um ágil sobre a Selic, mas em momentos normais ela determina as trocas monetárias.

O nome Selic surge através da sigla do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, que é uma infraestrutura do mercado financeiro administrada pelo BC. Nele são transacionados títulos públicos federais e a taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados nesse sistema corresponde à taxa Selic (BANCO CENTRAL DO BRASIL).

Por último o Ibovespa que segundo a Brasil, Bolsa, Balcão (B3), é o protagonista em desempenho das ações negociadas na B3 e agrupa as empresas mais valiosas do mercado de capitais brasileiro. Criada em 1968 e ao passar de 50 anos, firmou-se como referência para investidores nos arredores do mundo.

O índice é reavaliado a cada quatro meses e é o resultado de uma carteira teórica de ativos, feita por ações e unidades de ações que estão listadas na bolsa, corresponde por volta de 80% do número de negócios e do volume financeiro do nosso mercado de capitais.

Hoje o índice Ibovespa é composto por 93 ativos de 90 empresas, sendo os principais setores os de bens industriais, consumo cíclico e não-cíclico, setor financeiro, materiais básicos e petróleo. Desses setores as principais empresas respectivamente são a WEG, Magazine Luiza, AMBEV, Itaú, Vale e Petrobrás, segundo as informações disponíveis no site da própria B3.

É necessário ter em vista que o dólar é um fator importantíssimo para os cálculos que virão a seguir, dito isto é necessário saber sobre a nossa política cambial que “É o conjunto de medidas que define o regime de taxas de câmbio flutuante, fixo, administrado – e regulamenta as operações de câmbio.” (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2000).

Atualmente à medida que nós utilizamos é a de câmbio flutuante, nesse regime as condições do mercado de câmbio, oferta e procura por moeda estrangeira que determinam a taxa de câmbio onde a mesma flutua livremente. Quando há escassez de moeda estrangeira a taxa de câmbio aumenta e desvaloriza o Real, já quando ocorre uma abundância de moeda estrangeira a taxa de câmbio diminui e valoriza o Real.

Podemos dizer que o dólar é a principal moeda no mundo hoje, devido a diversos fatores históricos que ocorreram e auxiliaram os Estados Unidos a se tornar a mais relevante economia mundial. De acordo com Bona (2020) a economia mundial depende do dólar para fazer comércio e as grandes empresas precisam para movimentar seus negócios.

Durante o período em que os dados utilizados nesta pesquisa foram coletados, diversas crises ocorreram ao redor do planeta e afetaram diretamente a economia. A primeira foi em 1997, conhecida por crise dos tigres asiáticos, ela aconteceu em 1997, afetando os grandes países asiáticos como Tailândia, Malásia, Indonésia, Filipinas e Coreia do Sul, devido a decisão do país em tornar o câmbio flutuante.

Segundo Canuto (2000), a largada do seu anúncio foi em 2 de julho de 1997, quando o Baht, a moeda Tailândia teve uma desvalorização imediata de 15% dois meses após o acontecimento do mesmo,

posteriormente a crise chegou na Indonésia e na Coréia do Sul, atingindo seu último estágio com uma queda de 25% da sua moeda durante novembro, foi quando surgiu uma nova onda de desvalorização conjunta, entre o mês 07 até o mês 12 de 1997, a moeda da Indonésia chegou a despencar cerca de 140% em relação ao dólar, o Bath tailandês e o Won coreano tiveram uma depreciação maior que 80%, a medida que a moeda das Filipinas e da Malásia se desvalorizaram em cerca de 50%.

Em 2001 surge uma nova crise, conhecida como crise da bolha da internet, observada já nos seus primeiros movimentos de 1995 e 2001, ela representa um marco da internet nas últimas décadas. Iniciou-se em 95 quando Netscape realizou um IPO, a bolha gerou trilhões de dólares em investimento na internet, colaborando também para novos desenvolvimentos tecnológicos e sites respeitados como o Google.

Durante este período, empresas criadas pela internet tiveram seus valores superestimados pelo mercado, mesmo a empresa tendo objetivos de negócios peculiares, só pelo fato de serem criadas na internet, já tinham uma super valorização. Quando os mercados entenderam o que estava acontecendo, acabou-se estourando a bolha, várias empresas desse meio acabaram falindo e os investidores perderam uma grande quantia de dinheiro (PERON, 2009).

A próxima crise ocorreu em 2008, de acordo com Freitas (2020) esta crise conhecida como Subprime, ocorreu devido a um desmoronamento de uma bolha imobiliária nos EUA, causada pelo aumento nos valores imobiliários sem acompanhamento equivalente a renda da população.

Entende-se que a origem da crise foi na década de 90, pois houve uma grande expansão no crédito do mercado americano e as pessoas começaram a hipotecar suas casas para investir em outros imóveis, gerando uma supervalorização das hipotecas de imóveis, este fato iniciou o problema, pessoas que pegaram esses empréstimos e não tinham condições de pagar, pessoas sem rendas comprovadas, sem empregos, estes ativos tornaram-se hipotecas de alto risco.

Outros fatores que contribuíram com a crise foram a estagnação de renda das famílias, gastos do governo americano nas guerras no Afeganistão e Iraque, e o aumento de juros a partir de 2004 pelo Banco Central Americano, fazendo com que as pessoas não conseguissem honrar com suas dívidas proveniente das hipotecas, gerando então a crise.

Por último a crise do novo coronavírus que ocorreu no ano de 2020, teve início no final de 2019 quando um vírus novo começou a se espalhar pelo mundo, diante várias incertezas gerou-se medo no mercado financeiro e na população. Como aponta Capital Research (2020) o medo de uma recessão global, somado a guerra de preços entre Rússia e Arábia Saudita pelo petróleo, dissolveu as bolsas pelo mundo, fazendo com que a B3 acionasse o circuit breaker repetidamente. Por fim, as medidas utilizadas para controlar a pandemia paralisaram grande parte da economia, devido a necessidade do isolamento social, parando o mundo de forma geral, interrompendo a funcionalidade de diversos setores.

Os cálculos nesta pesquisa foram realizados utilizando o coeficiente beta, com o dólar e a Selic como variáveis, para avaliar os resultados foi utilizado a lógica do livro “A Lógica do Cisne Negro” de Taleb (2015), o livro aborda sobre a armadilha que é darmos mais importância para o que conhecemos, ao invés de nos prepararmos para o imprevisível. A partir disso será possível formar uma carteira de investimentos.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este artigo buscou respostas sobre os objetivos utilizando métodos de pesquisa bibliográfico, quantitativo, explicativo. O método de pesquisa bibliográfico segundo Fonseca (2002) é realizado:

“[...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto.” (FONSECA, 2002, p.32).

O método quantitativo para Wainer (2007) tem como base medidas numéricas utilizando-se de variáveis objetivas, na ênfase em comparação de resultados e no uso intensivo de técnicas estatísticas, que contribuam com um resultado afirmativo e incontestável dentro do método proposto.

A pesquisa buscou o último objetivo por meio do método explicativo, pesquisa explicativa de acordo com Gil (2007);

“Esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas. Por isso mesmo, é o tipo mais complexo e delicado, já que o risco de cometer erros aumenta consideravelmente.” (GIL, 2007, p.3).

Desta forma, o processo de investigação iniciou-se com um levantamento bibliográfico em busca dos dados e rentabilidade da B3 e da renda fixa pós plano Real, assim o espaço temporal se dá de 01 de janeiro de 1995 até 31 de dezembro de 2021. Tendo como fontes, a B3 e o Banco Central do Brasil.

Com a posse dos dados a análise quantitativa deu-se por meios da ferramenta comparativa entre os ativos de renda variável e de renda fixa dentro do passar do tempo, considerando rupturas de tendências ocorridas durante estes 26 anos.

As rupturas ou grandes oscilações positivas e ou negativas durante o espaço temporal foram detalhadas com o método explicativo, que trouxe, fortes indícios para delinear a melhor carteira de investimentos para o acúmulo de capital.

ANÁLISE DE DADOS

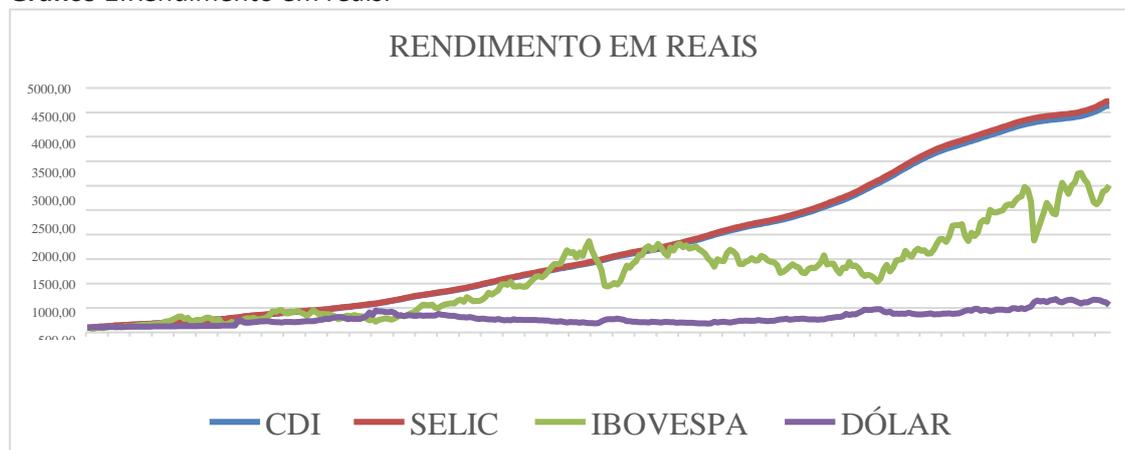
Após ter definido os conceitos de renda fixa e variável obter os dados históricos determinar os modelos de construção de carteiras de investimentos, serão nomeados com suas respectivas nomenclaturas os ativos, avaliado de forma estatísticas seus betas (β) e assim torna-se possível verificar seus movimentos e explicá-los. Neste caso utilizamos como beta a própria Selic, visto que a mesma afeta diretamente as outras variáveis, que são o CDI, Ibovespa e dólar a nível nacional.

Os dados serão tabulados na ferramenta Microsoft Excel e rodados do software gratuito Gretl para correlacionar verificar sua regressão, assim será possível dar base teórica necessária para responder os objetivos deste projeto de pesquisa.

ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

No primeiro gráfico se observarmos de maneira simples, percebemos que o CDI segue a Selic e que no longo prazo a renda fixa “ganhou” da renda variável e que tecnicamente seria impossível a renda variável superá-la, porém essa análise é equivocada por dois motivos, primeiro pois não estamos considerando a dolarização e nem descontando a inflação, e em segundo temos que considerar que o brasileiro não pratica a estratégia de “buy and hold” (comprar e manter), logo precisamos observar a hora certa de entrar e a hora de sair.

Gráfico 1. Rendimento em reais.



Fonte: Elaborado pelos autores com dados do BACEN e da B3 (2022).

No segundo gráfico foi realizado uma outra analogia, dessa vez descontando o valor do câmbio, é possível perceber que quando há uma valorização do dólar ocorre uma desvalorização do nosso patrimônio tanto em renda fixa quanto em renda variável, e o inverso também é verdadeiro, quando o dólar está desvalorizado o nosso patrimônio acaba valorizando, podemos dizer que funcionam de maneira inversamente proporcional. Portanto pode-se afirmar que parte do patrimônio dos investidores que querem ganhar dinheiro no longo prazo, precisa estar em dólar.

Gráfico 2. Rendimento em dólar



Fonte: Elaborado pelos autores com dados do BACEN e da B3 (2022).

Agora no terceiro gráfico foram realizados os cálculos de maneira correta, descontando a inflação e levando em consideração o fator cambial, observa-se que houve uma queda expressiva no rendimento da renda fixa em comparação ao dólar e até mesmo ao Ibovespa, e que há um comportamento cíclico da renda variável.

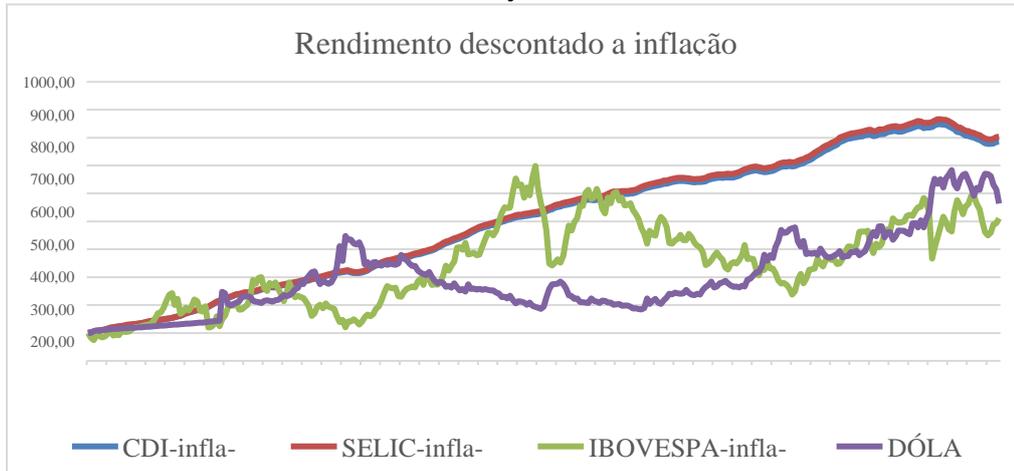
Conclui-se que para quem pretende simplesmente deixar o dinheiro guardado rendendo, a bolsa de valores não é o melhor lugar, para ganhar dinheiro na renda variável é necessário seguir um ciclo.

Este ciclo é dado pelas crises que foram citadas anteriormente, observa-se que em 1997 o Ibovespa estava acima do CDI e após a crise já no ano de 1998 ele estava bem abaixo, em 2008 se percebe a mesma variação, logo podemos concluir que toda vez que o Ibovespa tem um rendimento muito superior a renda fixa no Brasil, significa que a renda variável chegou a um esgotamento e por esse motivo nós precisamos encontrar meios de entrada e de saída, com exceção do ano de 2020, onde apesar de ocorrer uma variação, ela não demonstra uma continuidade, logo não podemos considerá-la como conclusiva.

O gráfico representa os momentos de entradas e de saídas, como por exemplo os investidores que estavam comprados no ano de 1997 deveriam ter saído neste mesmo ano e comprado novamente no ano de 1998, e até o ano de 2001 eles teriam ganhado muito mais dinheiro do que se tivessem investido na renda fixa, após 2001 quando ocorre a segunda crise é um novo momento de saída, o investidor pode realizar uma nova entrada em 2003 que foi um ano de baixa e caso ele segure esse investimento até 2008.

Neste caso hipotético haveria um ganho superior a 500% do investimento feito, extremamente superior ao CDI, onde nós identificamos um esgotamento e um provável momento de queda logo em seguida, portanto esses ciclos devem ser respeitados para que haja ganhos.

Gráfico 3. Rendimento descontado a inflação



Fonte: Elaborado pelos autores com dados do BACEN e da B3 (2022).

Na figura um foi realizado o cálculo da correlação da variável Selic já descontada da inflação e dolarizada com o CDI, o Ibovespa e o dólar. Todas as variáveis possuem uma correlação de valor muito forte, porém o Ibovespa possui uma correlação negativa, então sempre que os juros sobem o Ibovespa despenca, e toda vez que os juros sobem o real valoriza, então temos uma relação positiva com o dólar, já com o CDI essa relação é quase zero, tendo em vista que a Selic e o CDI são quase o mesmo valor.

Figura 1. Correlação da Selic com CDI, Ibovespa e Dólar.

saída Gretl para Alexandre Godinho Bertonceo 2022-03-26 19:05 página 1 de 1
 Modelo 5: MQO, usando as observações 1995:01-2022:03 (T = 327)
 Variável dependente: SELICinfladolar

	coeficiente	erro padrão	razão-t	p-valor	
const	-3.43432	0.0782639	-43.88	3.84e-138	***
CDIinfladolar	1.02543	0.000258710	3964	0.0000	***
IBOVESPAinfladol~	-0.00393244	0.000293189	-13.41	6.53e-33	***
DOLAR_aab	0.00145910	0.000297900	4.898	1.53e-06	***
Média var. dependente	510.0541	D.P. var. dependente		236.6811	
Soma resid. quadrados	73.42183	E.P. da regressão		0.476773	
R-quadrado	0.999996	R-quadrado ajustado		0.999996	
F(3, 323)	26779290	P-valor(F)		0.000000	
Log da verossimilhança	-219.7666	Critério de Akaike		447.5332	
Critério de Schwarz	462.6931	Critério Hannan-Quinn		453.5822	
rô	0.961369	Durbin-Watson		0.069991	

Note: SQM = scarto quadratico medio; E.S. = errore standard

Fonte: Elaborado pelos autores no Software Gretl (2022).

Analisando os resultados concluímos que para construir um patrimônio através da renda variável, devemos respeitar ciclos que ocorrem devido as crises econômicas e que existem momentos certos de entrada e de saída para que se obtenha um resultado positivo ao longo do tempo.

Através do terceiro gráfico percebe-se claramente esses momentos, por exemplo os investidores que começaram em 1995 entraram em um momento que o Ibovespa estava abaixo da Selic, e em 1997 a renda variável ultrapassou a renda fixa atingindo seu esgotamento e caso o investidor tenha saído logo ao perceber essa movimentação ele obteve um ganho de aproximadamente 150% do valor investido, em 1999, após a crise de 1997, houve novamente um momento de entrada e em 2001, logo antes da crise percebe-se a mesma movimentação de esgotamento sinalizando uma nova saída, dessa vez com ganhos chegando próximo dos 200% do valor investido.

Utilizando essa lógica identificamos diversos momentos de entradas e saídas ao longo dos anos e diversas oportunidades de multiplicar seu patrimônio em valores extraordinários, e o ano de 2010 foi o último em que o Ibovespa ultrapassou a Selic, sinalizando um esgotamento, desde então o país esteve em uma situação econômica desfavorável, chegando então a crise do corona vírus onde o dólar está mais caro do que jamais esteve e os juros estão extremamente altos, portanto, podemos dizer que agora seria um bom momento de entrada, visto que a tendência é que o Ibovespa ultrapasse novamente a Selic nos próximos anos e que os juros e o dólar vão diminuir num futuro próximo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos resultados obtidos nesta pesquisa, fica evidente que existem momentos para entrar e sair da bolsa de valores brasileira, entende-se que os momentos para entrada são os pontos em que o Ibovespa atinge o menor valor antes de um pico, e os momentos de saída são exatamente o ponto mais alto, ou seja, comprar na baixa e vender na alta.

Dito isso, observa-se que os momentos exatos de entrada foram em janeiro de 1995, julho de 1998, agosto de 2002, janeiro de 2009 e por último vem sendo janeiro de 2016, considerando o período em que foi elaborado este artigo. Já os momentos de saída ideais seriam maio de 1997, abril de 2000, novembro de 2007 e março de 2010, após esta última data não houve um único momento em que o Ibovespa tenha ultrapassado a renda fixa no Brasil.

Portanto conclui-se que para obter ganhos maiores do que a renda fixa no Brasil, é necessário entender que existem momentos para comprar ou vender suas ações, e que em todos os casos que o Ibovespa atingiu um pico maior do que a renda fixa, em seguida ocorreu uma crise que o fizesse despencar, vale lembrar que isto não é uma regra e sim uma análise do que ocorreu no período de 1995 até 2021 e os

padrões que foram encontrados, e o objetivo deste artigo é auxiliar os investidores a tomarem melhores decisões baseando-se nesta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ABREU, J. O que é CDI e por que ele vale mais que a poupança? São Paulo: s.d. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/ensina/dicas/cdi/>. Acesso em: 04 mar. 2022.

B3. B3 atinge 5 milhões de contas de investidores em renda variável em janeiro. São Paulo: 2022. Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/noticias/5-milhoes-de-contas-de-investidores.htm Acesso em: 01 mar. 2022.

B3. Ibovespa B3. São Paulo: s.d. Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-amplos/ibovespa.htm#:~:text=H%C3%A1%2050%20anos%2C%20com%20o,investidores%20ao%20redor%20do%20mundo. Acesso em: 04 mar. 2022.

B3. Índice Bovespa (Ibovespa B3). São Paulo: 2022. Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-amplos/indice-ibovespa-ibovespa-composicao-da-carreira.htm. Acesso em: 09 mar.2022.

B3. Total de investidor pessoa física cresce 43% no primeiro semestre, mostra estudo da B3. São Paulo: 2021. Disponível em: www.b3.com.br/pt_br/noticias/porcentagem-de-investidores-pessoa-fisica-cresce-na-b3.htm. Acesso em: 29 set. 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Política Cambial. Brasil: [2000]. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/politicacambial>. Acesso em: 04 mar. 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Taxa Selic. Brasil: s.d. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/taxaselic>. Acesso em: 04 mar. 2022.

BONA, A. Conheça os tipos de ações negociadas na bolsa de valores. São Paulo: 2019. Disponível em: btgpactualdigital.com/como-investir/artigos/coluna-andre-bona/conheca-os-tipos-de-acoes-negociadas-na-bolsa-de-valores. Acesso em: 21 set. 2021.

BONA, A. Por que o dólar se tornou a principal moeda no mercado internacional? Vitória: 2020. Disponível em: <https://andrebona.com.br/por-que-o-dolar-se-tornou-a-principal-moeda-no-mercado-internacional/>. Acesso em: 05 mar. 2022.

BTG PACTUAL. Bolsa de valores: o que é, como funciona e como investir. São Paulo: 2018. Disponível em: www.btgpactualdigital.com/como-investir/artigos/investimentos/tudo-sobre-bolsa-de-valores. Acesso em: 29 set. 2021.

CANUTO, O. A crise asiática e seus desdobramentos. Econômica, [S.l], v. 2, n. 4, p. 25-60, dez. 2000.

CAPITAL RESEARCH. Crise de 2020: como o coronavírus derrubou a economia. São Paulo: 2020.

Disponível em: <https://www.capitalresearch.com.br/blog/investimentos/crise-2020/>. Acesso em: 02 mar. 2022.

FERREIRA, R. G. Bolsa de valores para leigos (e espertos). Youtube, 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=8K_eJ_8vqHM&ab_channel=ClubedoValor. Acesso em: 21 set. 2021

FREITAS, B. Crise financeira de 2008: você sabe o que aconteceu? Santa Catarina: 2020. Disponível em: <https://www.politize.com.br/crise-financeira-de-2008/>. Acesso em: 02 mar. 2022.

LUQUET, M.; ROCCO, N. Guia valor econômico de investimentos em ações. São Paulo: Globo, 2005. v.1.

PERON, A. Entenda a crise econômica, com um pouco de economês. Santa Catarina: 2009. Disponível em: <https://www.clicrbs.com.br/pdf/7045481.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2022.

RAFAEL. O que é bolsa de valores, como funciona, dicas para investir [Guia]. São Paulo: 2021. Disponível em: <https://ricconnect.rico.com.vc/blog/bolsa-de-valores>. Acesso em: 21 set. 2021.

REIS, T. B3: conheça mais e saiba como investir na bolsa de valores brasileira. São Paulo: 2018. Disponível em: <https://www.sunno.com.br/artigos/b3/>. Acesso em: 21 set. 2021.

RICO, T. Ações ordinárias e Preferenciais: Saiba tudo sobre! São Paulo: 2019. Disponível em: <https://ricconnect.rico.com.vc/blog/acoes-ordinarias-preferenciais>. Acesso em: 01 mar. 2022.

TALEB, N. N. A lógica do Cisne Negro: O impacto do altamente improvável. Editora Best Seller, ISBN 978-85-7684-962-9, 2015.

DESAFIOS E MELHORIAS DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS COM A IMPLEMENTAÇÃO DO OPEN BANKING

Alexandre Godinho Bertencello, Ana Elise Vericimo Bila, Rodrigo Cortez Alves

Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE, Presidente Prudente, SP. E-mail: bertencello@unoeste.br

RESUMO

Historicamente, o sistema bancário nacional tem uma estrutura de mercado centralizada, foi assim, no nascimento do primeiro banco como um monopólio, até oligopólio atual. O projeto de lei Nº 117/2021, rompe o *status quo* de forma significativa e a sua implantação que está em andamento, deve abrir possibilidades inéditas para o setor bancário nacional. Esta pesquisa teve como objetivo verificar os benefícios aos usuários do setor bancário, e os desafios para os agentes de crédito que podem ganhar e/ou perder com o aparecimento do Open Banking. Para alcançar as respostas foram utilizados métodos bibliográficos, qualitativos exploratórios. Como resultado foi possível afirmar que os consumidores já iniciaram um processo de ganho de serviços e queda nos custos, onde o maior exemplo é o PIX. Porém, pode-se verificar que quando funcionar na sua totalidade, os usuários deverão ter menores juros e uma quantidade maior de serviços para os usuários, ao mesmo tempo, foi constatado que os números de correntistas dos bancos tradicionais aumentarem e suas margens de lucro diminuirão de forma expressiva.

Palavras-chave: Estrutura de mercado; Agregação de valor; Inovação; Brasil e Transparência.

CHALLENGES AND IMPROVEMENTS FOR FINANCIAL INSTITUTIONS WITH THE IMPLEMENTATION OF OPEN BANKING.

RESUME

Historically, the national banking system has a centralized market structure, from the birth of the first bank with a monopoly, to the current oligopoly. The law project No. 117/2021 significantly breaks the status quo, and its ongoing implementation should open up unprecedented possibilities for the national banking sector. This research aimed to verify the benefits to users of the banking sector, and the challenges for credit agents who can gain and/or lose with the emergence of Open Banking. To reach the answers, were used the bibliographic, qualitative, and exploratory methods. As a result, it was possible to affirm that consumers have already started a process of gaining services and decreasing costs, where the biggest example is the PIX. However, when working in its entirety, users must have lower interest rates and a greater amount of services for users, at the same time, traditional banks saw the number of competitors increase and their profit margins decrease significantly. expressive.

Keywords: Market structure; Financial management; Innovation; Brazil; and Transparency.

INTRODUÇÃO

O Open Banking, é o título de um programa do Ministério da Economia para o sistema bancário, em tradução livre pode-se colocar como “banco aberto”. Este programa teve sua regulamentação em maio de 2020 pelo Banco Central do Brasil, com a previsão de implementação até dezembro de 2021. Sua implementação no mercado brasileiro promove mudanças cruciais e disruptivas.

Com o intuito de modernizar o sistema bancário como um todo, o Open Banking (doravante OB) faz com que as instituições financeiras ofereçam a quem busca seus serviços, maior transparência e viabilidade na oferta de seus produtos tornando assim, o mercado financeiro ainda mais competitivo, e mais rentável a seus clientes.

As atividades bancárias chegaram ao Brasil no ano de 1808, trazidas pelos portugueses (NETO, 2004). Com a criação do primeiro Banco do Brasil, desde então o mercado financeiro tornou-se algo primordial e indispensável para o país. Sua primeira grande reforma ocorreu no período da Primeira República em meados do século XX, quando o Estado demonstrou uma participação mais efetiva no mercado. (CAVALCANTE, 2021).

No decorrer dos anos no Brasil, a característica mais marcante da história foi a resistência à criação do Banco Central (doravante BC), em 1945 até a sua criação em 31 de dezembro de 1964, o processo formal para sua criação levou 20 anos. No entanto, se materializam no Congresso e no Banco do Brasil, e continuam os interesses do próprio governo, onde havia a falta de vontade política para a criação de um banco central, uma vez que poderia inibir o uso da emissão monetária para o suprimento eventuais de deficiências do sistema fiscal (EnCORRAZZA, 2006).

Com o efeito das décadas, em 1988, foi estabelecido o exercício exclusivo para a emissão de moedas, ao Banco Central, sendo nomeado pelo presidente da república, aumentando assim a monetização no mercado brasileiro (BCB, 2019a).

As três primeiras grandes revoluções industriais trouxeram a produção em massa, as linhas de montagem, a eletricidade e a tecnologia da informação, elevando a renda dos trabalhadores e fazendo da competição tecnológica a essência do desenvolvimento econômico. A quarta revolução industrial, por sua vez, terá um impacto mais profundo e exponencial, o avanço tecnológico característico da Revolução Industrial, permitiu um grande desenvolvimento socioeconômico (CAVALCANTE, 2019.)

Dentro desta visão evolutiva observa-se que o Banco Central do Brasil – BACEN, divulgou tal ingresso pelo (BCB,2019b), que em 24 de abril de 2019, o Comunicado nº33.455, cujo teor versa sobre os requisitos da implementação no Brasil do OB, onde tal possui 4 fases.

A implementação do OB justifica-se a abertura de um leque que irá chegar até os clientes do setor bancário, trazendo uma maior independência aos mesmos em seus negócios financeiros, conseqüentemente com isso, alcançará negócios mais sustentáveis e assim um melhor índice de satisfação, que irá proporcionar a mitigação de entraves burocráticos e a redução de encargos no setor que se encontra hoje extremamente concentrado (ARAÚJO, 2019).

1.1 Objetivos

Este artigo tem com objetivo principal expor as mudanças do OB, para obter esta resposta concomitantemente, o presente artigo tem como objetivos específicos:

- Identificar se a mudança é inovadora;
- Verificar se a implantação vai seguir o cronograma;
- E pontuar se os consumidores serão beneficiados.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA EVOLUÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Esta seção buscará delinear a evolução do sistema financeiro, traçando o que é o sistema bancário no ponto de vista estrutural, o período de evolução com a chegada dos Bancos Digitais, desencadeando por meio deste a ampliação para a implementação do OB.

Tais unidades bancárias, são responsáveis pela captação de depósitos à vista, (moeda escritural ou bancária), e através desta captação realizar operações de financiamentos e empréstimos, ambas poderão ser contratadas com curto e médio prazo, intermediando tanto às pessoas físicas quanto às pessoas jurídicas (ASSAF NETO, 2003).

Segundo Campos e Caiado (2018), por certo, alguns dos agentes econômicos, possuem uma poupança em excesso, por sua vez, eles não possuem conhecimento, ou não tem interesses em aplicá-la, enquanto outros, de maneira oposta, não dispendo de meios financeiros suficientes, tem o propósito em efetuar determinadas aplicações, sendo ela na área do investimento, implicando-se no respectivo risco, sendo de responsabilidade dos bancos, fazer a ligação entre dois tipos de agentes.

Pode-se observar na economia, o crescimento da base monetária no Brasil, no qual se nota a expansão das entidades financeiras, com relação ao volume de dinheiro criado pelo BC. A base monetária por sua vez, é composta por agregados monetários, sendo eles:

M0 considera-se a base monetária restrita, ou seja, o papel e moedas emitidos mais as reservas bancárias, basicamente é o que o governo emite. M1 trata da moeda em poder público, e a junção de depósito à vista nos bancos comerciais. Em vista disso, é considerada a soma de moedas que não rende juros e se torna de liquidez imediata. M2 por sua vez, é somado com M1, depósito a prazo mais títulos do governo em poder público, se torna o que os bancos emprestam uns aos outros. M3 convém da união entre M2 e depósito de poupança, sendo o que eles emprestam para as pessoas e para os bancos.

Em uma análise aprofundada, observa-se que a base monetária aumenta exponencialmente. Segundo o BCB (2022), a base monetária atingiu \$418 bilhões em janeiro, crescimento de 2,1% no mês e redução 3,6% em 12 meses. Ainda acrescenta dizendo, que no mês o papel moeda emitido encolheu 3,1% e as reservas bancárias aumentaram 27,4%.

Tabela 1. Agregado Monetário (unidade em milhares).

Brasil	Último	Anterior	Data
Taxa De Juros	11,75%	10,75%	Mar. 22
Rácio De Reserva De Caixa	21.00%	21.00%	Jan. 22
Agregado Monetário M0	R\$ 417.976	R\$ 409.183	Jan. 22
Agregado Monetário M1	R\$ 595.724	R\$ 632.584	Jan. 22
Agregado Monetário M2	R\$ 4.219.657	R\$ 4.303.801	Jan. 22
Agregado Monetário M3	R\$ 8.765.990	R\$ 8.799.162	Jan. 22
Balanço do Banco Central	R\$ 4.288.302	R\$ 4.156.955	Dez. 21

Fonte: Trading Economics. Elaborado pelos autores

A tabela acima, demonstra os agregados monetários referente ao último ano de 2021, e o ano presente de 2022. Pode ser analisada então, a diferença de um ano para o outro, como podemos visualizar sobre a relação entre M2 e M3, trata-se da quantidade de crédito que obtém a população, ela teve uma variação de um ano para o outro, onde no agregado monetário M2 o aumento foi de 10%, e no M3 teve um aumento de 5%.

BANCO DIGITAL

Atualmente o termo Banco Digital, está ligado certamente aos conceitos de inovação e disrupção. A inovação não precisa necessariamente ser a criação de algo novo, ou algo que alguém nunca tinha supostamente pensado, ao refletir acerca deste cenário.

Os bancos digitais, surgiram trazendo consigo uma transparência, acarretada de tecnologia e desburocratização. Por certo, vemos que os bancos vêm crescendo em transformação e inovação tecnológica, nos últimos anos. Com uma grande diferença dos bancos tradicionais, pois no mesmo é permitido o uso tanto da plataforma online, quanto presencial, diferente dos serviços dos bancos digitais são totalmente a distância (JACOBSEN, 2018).

Dessa forma, os bancos digitais surgem desempenhando serviços, totalmente por meio eletrônico, sem nenhuma necessidade de agência bancária e contato físico para realizar seus

serviços. Ato, que tem atraído uma gama alta de clientes, visto que, segundo dados apontados pelo BCB (2019c), o Banco Inter S.A possui 2 milhões de correntistas no primeiro trimestre de 2019, dados numéricos relevantes, tendo em conta, que esse resultado é 3,6 maior que o primeiro trimestre de 2018.

OPEN BANKING

Com uma difusão maior do acesso a internet e o acesso às redes móveis de celulares, cresceram as introduções de tecnologias bancárias digitais. Por sua vez, através deste ponto de partida, abriu portas para a recente introdução de soluções baseadas na tecnologia OB no país, onde as funcionalidades que a tecnologia contempla são comumente oferecidas através de Apps.

Ademais Guimarães, (2021, p. 127).

“O Open Banking ou Sistema Financeiro Aberto, é o compartilhamento padronizado de dados, produtos e serviços por meio de abertura e integração de sistemas, com o uso de interface dedicada para essa finalidade, por instituições financeiras, instituições de pagamento e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BC, de forma segura, ágil e conveniente.”

A divulgação pelo o órgão, referente a implementação, ocorreu em quatro fases, a seguir descritas:

A Resolução BCB nº 1 de implantação do presente tema, passa por 4ª fases, contudo, a 1ª fase se iniciou no dia 01/02/21, onde começa com as instituições participantes disponibilizando ao público informações padronizadas sobre os seus canais de atendimento e as características de produtos e serviços bancários tradicionais que o mesmo oferece.

A fase 2ª, com início 13/08/21, que será o compartilhamento de dados cadastrais e transacionais sobre serviços bancários tradicionais. Na fase 3ª 29/10/21 surge a possibilidade de compartilhamento dos serviços de iniciação de transações de pagamento e de encaminhamento de proposta de operação de crédito. E a fase 4ª 15/12/21 se trata de dados sobre outros serviços financeiros onde passam a fazer parte do escopo do OB.

Os objetivos desta iniciativa são incentivar a inovação, inclusão de segmentos desassistidos, consumidor no centro, maior transparência, portabilidade de relacionamento entre instituições, controle nas finanças de clientes (BCB, 2020). Com o OB, possibilita-se o compartilhamento de dados bancários, entre diferentes instituições autorizadas pelo BC, e a autorização de movimentação de suas contas bancárias a partir de diferentes plataformas digitais, promovendo uma segurança, agilidade e inovação.

Como todo negócio inovador, o OB entra no mercado por sua vez com grande desafios a serem alcançados, um dos mais relevantes seria a adaptação das instituições financeiras com a implementação do mesmo, sendo necessário maior atenção na abordagem que será feita ao cliente, transparecendo confiabilidade ao mesmo, com o intuito de manter o relacionamento mesmo diante o grande assédio do mercado, sendo necessário também a atenção com os custos operacionais com a implementação, onde será gerado maiores encargos para as instituições (RIBEIRO; BAGNOLI, 2020).

QUALIDADE DO SERVIÇO NAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS/FINTECHS

Mediante ao mercado atual, podemos observar que o setor bancário passa dia após dia por uma constante evolução, mesmo ainda existindo atualmente consumidores que optam por ter o atendimento presencial, na hora de solicitar um crédito ou até mesmo aplicar suas finanças na instituição, porém um atendimento mal feito pode ter inúmeras consequências (BRAGA et al., 2012).

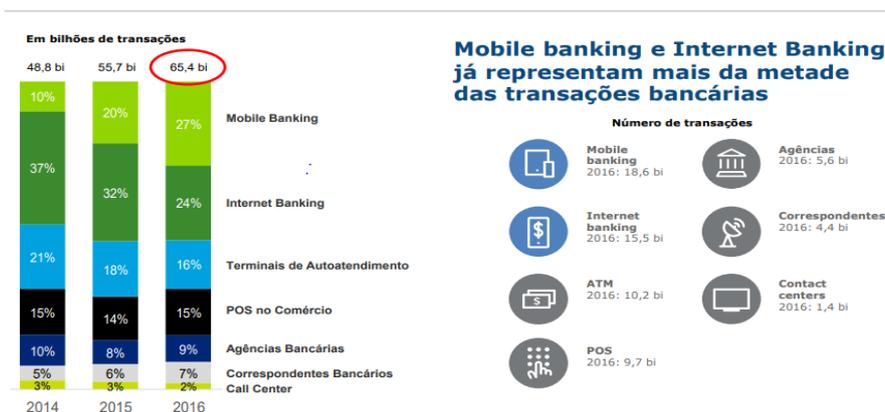
Com a expressiva migração do mercado financeiro para os canais digitais, as grandes instituições se atualizam cada vez mais no mercado digital, estes investimentos transformam suas

estratégias, e sua forma de atuar no mercado (MARCON, 2018). Embora, busca-se ainda manter o relacionamento com quem procura seus serviços, os bancos preferem os canais digitais, são mais eficientes e possuem menor custo, manter a principalidade de um cliente que utiliza os serviços da instituição ao invés de atrair um novo (MARQUES, 2019).

Estudos realizados pela Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN, 2018), demonstra que o setor bancário é o segmento com os maiores investimentos em tecnologia, onde eles somaram R\$ 118,7 bilhões entre 2012-2017, com média anual de 19,8 bilhões, onde o Mobile Banking e o Internet Banking, já representam mais da metade de todas as transações bancárias realizadas conforme imagem abaixo:

Figura 1. A evolução tecnológica do setor bancário

A evolução tecnológica do setor bancário deu comodidade para a população



Fonte: Febraban de Tecnologia Bancária

Essa evolução na tecnologia, deve-se muito por consequência das inúmeras Fintechs que se espalham no mercado dia após dia, atualmente um sistema financeiro se demonstra muito efetivo mesmo sem praticar as atividades bancárias, onde no passado eram indispensáveis e hoje com a tecnologia esse se apresenta de outro modo (FEITOSA, 2021).

Com o passar do tempo as Fintechs conquistaram uma grande fatia do mercado financeiro, oferecendo negócios mais atrativos para seus consumidores, conseguindo isso mediante custos menores, por ser uma estrutura totalmente digital, forçando assim as grandes instituições a se atualizarem para se manterem competitivas.

Ambas utilizam a ferramenta, as instituições têm buscado trabalhar com muito mais agressividade em suas taxas, sendo necessário tanto para manter a principalidade de quem já utiliza seus serviços, quanto para captar novos negócios, já que os clientes usam a ferramenta para fazer de forma rápida cotações e transmitir evidências entre as instituições onde possuem relacionamento, visando sempre o negócio mais rentável para si mesmo.

DESAFIOS E MELHORIAS APÓS A IMPLEMENTAÇÃO DO OB.

O OB abriga uma série de medidas destinadas a modernizar e a inovar, através dessas medidas, destaca-se o PIX, modalidade na qual é gratuita para pessoas físicas e o pagamento imediato, onde sua inauguração foi em 2020. Para entender melhor o cenário mercadológico, no qual ocorre o OB iremos analisar a fase do compartilhamento de dados cadastrais, e sendo conveniente enquadrá-lo no contexto das Agências Bancárias. Ademais, também demandará atenção, a questão das percepções em relação aos possíveis desafios e expectativas de melhorias pós implementação do OB. Dando encerramento, será frisado a questão da competição entre instituições bancárias.

O PIX, por sua vez, teve capacidade suficiente de poucos meses para revolucionar as transferências bancárias, com forte impacto no modelo de negócio dos principais bancos e das

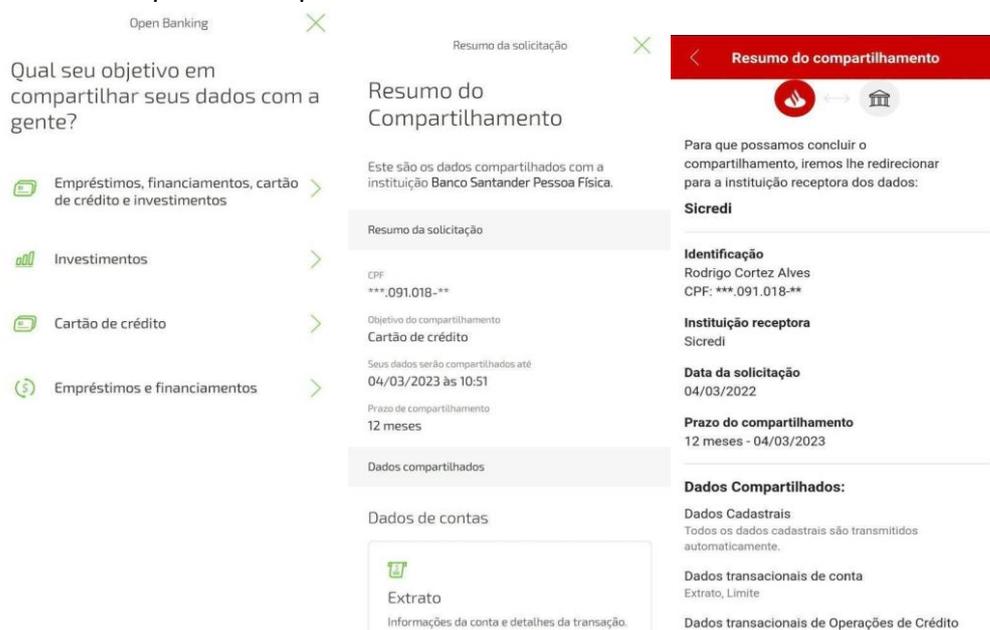
empresas de “maquininhas”, nas quais, se destacam ser a grande maioria controladas pelos principais bancos. O PIX pode ser realizado a partir de uma conta corrente, conta poupança ou conta de pagamento pré-paga. Dados do mês de janeiro de 2021 do Bacen apontaram que o número de transferências pelo novo método já superou as transferências por DOC e TED. (BCB, 2021)

Segundo o BCB (2019 d), o OB tem como principal perspectiva a ideia de incentivo à inovação, e influência no surgimento de novos modelos de negócio que ofereçam uma experiência fácil, com agilidade e segurança aos clientes.

A respeito do compartilhamento de dados do usuário, é oportuno registrar que o consentimento se dará de maneira livre, informada, prévia e inequívoca, nos termos do art. 5º, XII da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) (BRASIL, 2018) e do art. 2º, VIII da Resolução Conjunta nº 1/2020 do Bacen e do Conselho Monetário Nacional – CMN (BCB, 2020b).

Deste modo, a confiança do consumidor no sigilo de seus dados é fundamental para que o programa prospere e atinja os seus fins.

Figura 2. Processos para o compartilhamento de dados



Fonte: Imagens dos aplicativos de bancos dos autores.

As imagens acima ilustram o compartilhamento de dados, em uma interface de instituição bancária, onde a 1ª imagem, da esquerda para direita, é referente ao objetivo do seu compartilhamento, ou seja, qual produto o cliente deseja compartilhar. A 2ª imagem, é o resumo do compartilhamento, no caso a instituição desejada, junto do prazo em que os dados ficaram disponíveis pelo período determinado, e o produto desejado. Entretanto, na 3ª imagem se trata da conclusão do compartilhamento, onde o cliente se redireciona para outra instituição, e a partir daí de acordo, mediante aos termos e condições para o compartilhamento.

Neste breve contexto, pode-se afirmar que um dos principais desafios da regulação bancária para a implementação do OB, pode ser relacionada à tecnologia das interfaces, onde denomina a liberação do compartilhamento de dados dos clientes e dos produtos e serviços, das instituições na qual são participantes, seguindo um padrão da qualidade, onde o BACEN já se atentou sobre o assunto.

Conivente a padrões tecnológicos, pode ser mencionada a segurança da informação e a proteção de dados como um desafio na regulamentação bancária sob implantação do OB. Nesta linha de raciocínio, a regulação está à frente de mecanismos de controles internos e

gerenciamento dos riscos em relação às instituições participantes do OB, onde ambos temas fizeram parte do escopo da resolução de propostas, colocadas pelo BACEN.

Pode se notar que a implementação do sistema financeiro aberto no Brasil, traz alguns desafios, como os citados acima, dentre as principais expectativas de melhorias, está a questão do poder de escolha do consumidor, a melhoria na eficiência, a competitividade entre as instituições, as oportunidades de possíveis novos modelos de negócios, a democratização financeira, e a transparência associados no produto e serviço, no meio de outras vantagens (BCB, 2019e).

Salientando a questão da competição, com acesso aos dados dos usuários, instituições participantes poderão fazer ofertas de produtos e serviços para clientes de seus concorrentes, com benefícios para o consumidor, que assim poderá obter tarifas menores e condições mais vantajosas. Ao se tratar da participação das instituições, que por sua vez visam promover a concorrência e, conseqüentemente, esta é uma das grandes expectativas para os mercados financeiro e consumidor brasileiros.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Tendo como fundamentação, a presente pesquisa se desenvolveu diante de uma abordagem bibliográfica, com uma visão qualitativa e exploratória, onde analisou as transformações no mercado financeiro do Brasil, identificando os desafios dos setores bancários e compreendendo as qualidades e melhorias do presente tema.

O estudo é caracterizado pela abordagem bibliográfica, que é desenvolvida através de materiais bem elaborados, com o intuito de esclarecer ou solucionar um problema, responder ou até mesmo se aprofundar em um determinado estudo, sendo assim, constitui-se por livros, leis e artigos científicos. Com intuito de suportar os objetivos propostos, segundo Bastos e Keller (1995), este tipo de pesquisa científica é uma investigação metódica acerca de um determinado assunto com o objetivo de esclarecer aspectos em estudo.

E ainda para Gil (2002, p. 45):

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço.

Com base no que diz Richardson (1999), os estudos que conectam uma metodologia qualitativa, podem explorar a complexidade de um determinado problema, observar variáveis, distinguir e gerenciar os processos dinâmicos.

A abordagem qualitativa aprofunda, e pode ser entendida como ações humanas objetivas, com base no que Minayo e Sanches (1993) dizem, e logo se entende por uma compreensão de problemas de pessoas e relacionamentos, com o intuito de abrir uma concepção para estudos decorrentes.

Por sua vez, uma pesquisa exploratória, como é o caso do vigente artigo, é um método que pressupõe um conhecimento sobre o tema, e por sua vez, visa uma maior familiaridade com o problema, diante disso torna-se explícito ou a construir hipóteses. Envolve um levantamento bibliográfico, possíveis entrevistas com pessoas que tiveram uma vivência com o atual tema, experiências práticas com o problema pesquisado, e opiniões com exemplos que impulsionam a compreensão, diante do que diz Gil (1991).

Os procedimentos de filtros para a pesquisa bibliográfica seguiram os seguintes passos:

Utilizou-se a plataforma Google Acadêmico com as palavras-chave: “banco”, “banco digital”, “etapas do open banking”, “open banking”. Analisou-se as duas primeiras páginas, lendo o resumo, aqueles relacionados ao tema foram lidos em inteiro teor e no final selecionados aqueles mais relevantes.

Quadro 1. Seleção dos artigos.

Palavras-chave	Resultados	2 páginas	Relacionados	Selecionados
Banco	68.900	20	15	9
Banco Digital	2.060	9	9	3
Etapas Open Banking	1	1	1	1
Open Banking	5.630	18	12	7

Fonte: Elaborada pelos autores

Desta forma, todas as etapas do open banking foram retiradas de documentos do BCB, das leis de implantação deste novo sistema e informações da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN). Assim, foram selecionados 7 artigos sobre o tema para complementar os documentos do BC e da Febraban.

A fase qualitativa foi conduzida por meio de pesquisa entre as instituições bancárias, verificando os sites das instituições financeiras e as mudanças das práticas anteriores e as práticas pós implementação do sistema do OB.

Para atingir e buscar ao máximo os dados que foram coletados, utilizou-se a análise do conteúdo, que de acordo com Gomes (2007, p. 84) “[...] Através da análise de conteúdo, podemos caminhar na descoberta do que está por trás dos conteúdos discorridos, indo além das aparências do que está sendo comunicado”. Portanto, esse tipo de análise permitiu uma maior compreensão sobre os dados que foram coletados.

Sobrepondo a análise dos meios de pesquisa qualitativa com a exploratória, onde na visão qualitativa, verificou-se a mudança no atendimento e a qualidade proposta, e a forma de ofertar os produtos bancários. Na exploratória utilizou-se das experiências dos autores e orientador sobre o sistema bancário para identificar os benefícios que se estabeleceram após a implementação completa do sistema do OB.

Dentre isso, explorou-se as 4ª etapas que o OB possui, de modo que foi possível identificar as dificuldades da implementação, a continuidade de serviços já existentes e as melhorias dos serviços ofertados.

RESULTADOS OBTIDOS

O vigente artigo visou observar as melhorias e os desafios das instituições financeiras com a implementação do OB no mercado, refere-se a algo inovador, que abre os caminhos para novos produtos e serviços que pode ajudar ambos, clientes e pequenas/médias empresas a obterem uma melhor forma de vida do seu negócio.

A implementação segue por sua vez a Resolução Conjunta nº 1, de 4/5/2020, do Banco Central do Brasil e pelo Conselho Monetário Nacional, no qual, este processo contou com uma consulta pública que gerou mais de 500 sugestões das instituições representantes do sistema financeiro brasileiro. De forma geral, a norma publicada regula as principais diretrizes, as responsabilidades, o escopo de dados e as regras de compartilhamento que compõem a dinâmica do OB no Brasil.

Se dá ênfase também para definir parâmetros operacionais, protocolos de tecnologia e segurança, entre outros processos operacionais que se tomaram forma junto ao mercado, todavia as instituições são protagonistas na criação da estrutura do OB.

A implementação foi estruturada em 4ª fase, onde a primeira fase é referente ao compartilhamento de dados, que já são abertos pelas próprias IFs, como por exemplo: a localização das agências; os tipos de serviços e produtos que as instituições prestam; tarifas; etc.

A segunda fase ela já trata de dados mais acessíveis, por sua vez é o compartilhamento de dados cadastrais e transacionais, exemplo: dados então da conta corrente dos clientes, empregue por nome; endereço; etc.

Seguida pela terceira fase, onde é o compartilhamento de serviços, cita-se: serviços de iniciação de pagamento; e serviços de oferta de crédito. E a última fase trata-se de dados de outros serviços, como por exemplo: informações de investimentos; serviços de seguro; etc. Quando implementadas todas estas fases, as pessoas têm pleno acesso a estrutura de Open Banking.

Dentre os resultados com o decorrer da implantação, pode-se destacar a ampliação do poder de escolha do devido consumidor, uma melhora na eficiência e a competitividade entre as instituições.

Onde pode-se concluir que em 2021, foram aprovadas 28 Sociedades de Crédito Direto (SCDs) e 4 Sociedades de Empréstimo entre Pessoas (SEPs), na qual se percebe a colaboração de forma direta para a expansão sustentável do segmento de Fintechs, desencadeando assim novas oportunidades de modelos de negócios.

Desta forma, o OB transformará o mercado financeiro brasileiro, deixando-o mais democrático para os consumidores, promovendo assim o fim do oligopólio, concomitantemente causam fortes impactos no mercado tradicional dos bancos, especialmente quando se trata de lucros, pois acarreta uma pulverização de clientes e receitas com inúmeras Fintechs e outros pequenos bancos regionais.

Inúmeros desafios foram encontrados para a implementação do OB, entre eles podemos destacar as preocupações na questão da segurança de informação e no sigilo, com relação à proteção de dados do indivíduo, no que diz respeito também à segurança cibernética e supervisões adequadas pelos órgãos reguladores. Os bancos, por sua vez, enfrentam inúmeros desafios, como a questão da falta de informações adequadas aos consumidores com relação ao funcionamento e às regras do OB, o que poderia prejudicar o progresso de implementação e da transparência.

A necessidade de clareza também pode ser destacada como um desafio, pois na autorização do compartilhamento de dados, deve-se ter uma coerência para que não haja rupturas de informações, causada pela falta de compreensão do cliente, dado que nem todos podem ter interesse em compartilhar os seus dados ou realizar novos serviços, apenas por falta de confiança ou mesmo por falta de utilidade percebida.

Observa-se que ao decorrer da implantação houve uma série de melhorias do sistema OB, o intuito é manter esse plano até que o sistema possa se expandir, onde abrangem todo cenário desde o mercado até o consumidor. Para o cliente pode ser citado a liberdade de escolha que o OB, quando estiver em pleno funcionamento, irá oferecer, as propostas, planos e orçamentos mais adequados ao seu perfil, e assim encontrar os melhores produtos e serviços que atendam às suas necessidades.

Contudo, as condições de obter redução de custos operacionais ou de ter mais velocidade na aprovação de crédito dos clientes, entra dentro do contexto de melhorias, pois diante dos processos tende a baratear os serviços prestados das IFs, onde elas precisaram se reinventar para assim garantir a fidelidade de seus clientes.

Por outro lado, os bancos se adaptaram nesse âmbito, certamente para garantir monetização, a principal maneira na qual os bancos conseguiram lucrar, será a partir da cobrança pelo API's (Interfaces de programação de aplicações, em português), para as Fintechs que fazem parte do OB, entretanto é um sistema que possibilita ao cliente acessar em uma única plataforma todas as contas, investimentos, serviços e produtos financeiros contratados.

Na era da transformação digital, essa plataforma melhora por sua vez a qualidade das entregas, tanto quanto a experiência dos clientes. Este acesso deve revolucionar a estrutura do mercado bancário, nesse sentido, para os bancos pode se ressaltar, que os mesmos, terão os custos operacionais menores, graças à integração desse novo sistema, onde eliminaram intermediários. Outra melhoria que pode ser destacada, com a facilidade do compartilhamento de

dados e a oferta de melhores produtos, as chances dos bancos em atrair clientes aumentaram com o OB.

Além de apresentar melhorias, pode-se perceber então que o OB acarreta enormes impactos, primeiro fazendo com que os clientes não precisem mais se centralizar apenas em um banco, podendo assim utilizar todos. Todavia, o principal destaque é pela portabilidade de crédito em duas frentes: reduzindo os benefícios informacionais das organizações originais, e facilitando para o tomador, uma melhor oferta.

Dentre isso, a expectativa da implementação ao decorrer dos meses continuará sendo, que tanto os bancos quanto as Fintechs se mantenham motivados para oferecer produtos e serviços financeiros inovadores, com melhor custo-benefício, para que possam manter uma melhoria na experiência dos clientes.

CONCLUSÃO

Este artigo centrou-se, ainda que de forma sucinta, em como o Open Banking, transformará o mercado financeiro no Brasil, seguido dos desafios que o setor bancário encontrou diante da implantação, entretanto foram identificadas as melhorias e benefícios que surgiram para os consumidores.

As evidências analisadas, trazem o entendimento que o Open Banking, vem com o intuito, de gerar inovação, concorrência e os usuários serem beneficiados, portanto fica evidente que estreará um novo modelo de serviços financeiros no Brasil, que trará um reposicionamento das instituições financeiras para com o mercado, e se enfatiza com clareza o momento de novos modelos bancários abertos e inovadores.

Em um segundo momento, ressalta sobre os desafios que serão enfrentados com a implementação, frisou sobre a questão da regulamentação, privacidade de dados, a necessidade de clareza passada ao cliente, mediante a autorização do compartilhamento de dados, diante disso espera-se que acompanhe a velocidade dos fatos, outro ponto relevante é que as datas dos cronogramas vem sendo alteradas devido a problemas na implementação.

Por outro lado, as expectativas de melhorias para o consumidor são evidentes, elas estão relacionadas na experiência do consumidor com uma melhor oferta, que não deixará de comprimir as IFs, e suas formas de pensar com relação ao cliente em geral. De fato, as principais melhorias esperadas, resumem-se, no entanto, na melhora da eficiência, na ampliação do poder de escolha do consumidor, nas oportunidades de modelo de negócio, nas reduções do custo de transações bancárias, e a competitividade.

Por conseguinte, certifica que o presente estudo não se encerra e deverá dar continuidade mediante o acompanhamento das próximas publicações normativas a nível do Banco Central. Portanto, será necessário avaliar se haverá o cumprimento dos objetivos a que foram propostos pelo sistema brasileiro, se haverá a receptividade por parte dos consumidores, e ainda, até qual nível o novo panorama afetará as questões concorrenciais entre as instituições financeiras participantes.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, B. V. Oportunidade do Open Banking para os micros e pequenos exportadores. *In: Congresso Transformação Digital*, 1, 2019, São Paulo. **Anais**. [...]. São Paulo: Biblioteca Digital FGV, 2019.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado Financeiro**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

BASTOS, C. L; KELLER, V. **Aprendendo a aprender: Introdução à Metodologia Científica**. Petrópolis: Vozes, 1995.

BRAGA, V. S.; CASTRO, J.; VERAS, G.; CRISTOFORI, V.; REBELO; M. Qualidade no atendimento ao cliente. **Revista de Trabalhos Acadêmicos - UNIVERSO**, Niterói, v.6, n.6, p. 1-35, 2012. Disponível em:

<http://revista.universo.edu.br/index.php?journal=1reta2&page=article&op=view&path%5B%5D=1126&path%5B%5D=841>. Acesso em: 22 de out. 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Comunicado nº 33.455 de 24/4/2019**. 2019. Disponível em:

<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Comunicado&numero=33455>. Acesso em: 24 fev. 2022.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. **Presidência da República**, Brasília, DF, 14 ago. 2018. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 22 de nov. 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Estabilidade Financeira/Pix**. 2021. Disponível em:

<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/pix>.

Acesso em: 17 de nov. 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **História do BC**. 2019. Disponível em:

https://www.bcb.gov.br/pre/historia/historiabc/historia_bc.asp?frame=1.

Acesso em: 23 out. 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Estatísticas Monetárias e de Crédito**. 2022.

Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/estatisticasmonetariascredito>

Acesso em: 02 de março. 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Open Banking**. 2019. Disponível em:

<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/openbanking>. Acesso em 18 out. 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Open Banking no Contexto da Agenda BC**. 2019. Disponível em:

<https://www.bcb.gov.br/conteudo/home-ptbr/TextosApresentacoes/OpenBanking.pdf>. Acesso em: 19 de nov. 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Economia Bancária**. 2019. Disponível em:

https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/relatorioeconomiabancaria/REB_2019.pdf. Acesso em 26 de out. 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução Conjunta nº 1, de 4 de maio de 2020. Dispõe sobre a implementação do Sistema Financeiro Aberto (Open Banking)**. 2020. Disponível em:

https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/51028/Res_Conj_0001_v1_O.pdf. Acesso em: 22 nov. 2020.

CAMPOS, A. C.; CAIADO, J. **Gestão de Instituições Financeiras**. 3. Ed. Lisboa: Edições Sílabo, Lda, 2018.

CAVALCANTE, E. J. **Radar: tecnologia, produção e comércio**. O Novo Paradigma Tecnológico Do Setor Financeiro Nacional: a Implantação Do Open Banking No Brasil. p.17-22, 2021. <https://doi.org/10.38116/radar66/novoparadigma>

CAVALCANTE, I. M. **INDÚSTRIA 4.0 E SUAS PERSPECTIVAS FUTURAS PARA O BRASIL**: Uma revisão sistemática da Literatura. 2019. Monografia (Graduação em Administração) - Universidade Federal da Paraíba, Bananeiras, 2019.

EnCORRAZZA G. O Banco Central do Brasil: evolução histórica e institucional.

Perspectiva Econômica. Rio Grande do Sul. v.2, n.1, p.1-23, jan-jun.2006.

FEBRABAN. **Inovação e Competição: Novos Caminhos para Redução dos Spreads Bancários?**. 2018. Disponível em: <https://cmsarquivos.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/Inova%C3%A7%C3%A3o%20e%20Competi%C3%A7%C3%A3o%20-%20Novos%20Caminhos%20para%20Redu%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Spreads%20Banc%C3%A1rios.PDF>. Acesso em: 27 de out. 2021.

FEITOSA, C. M. G. B. **Transformação digital: o impacto das fintechs na performance financeira do mercado bancário brasileiro**. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) - Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa - IDP, Brasília, 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, R. Análise e Interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. (org). **Pesquisa Social Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2007.

GUIMARÃES, O. Concorrência bancária e o Open Banking no Brasil. **Revista de Defesa da Concorrência**, Rio Grande do Sul, v.9, n.1, p.125-147, jun 2021. <https://doi.org/10.52896/rdc.v9i1.709>

JACOBSEN, Meiriane. O cenário dos bancos digitais no Brasil. **E-commerce Brasil**. 2018. Disponível em: <https://www.ecommercebrasil.com.br/artigos/o-cenario-dosbancos-digitais-no-brasil/>. Acesso em: 21 de out. de 2020. 1

MARCON, R. **O centro compartilhado na instituição financeira digital: uma análise das fintechs e o impacto nas atuais estruturas de backoffice**. 2018. Dissertação (Mestrado em Gestão e Negócios) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre, 2018. 1

MARQUES, F. B. **Bancos digitais X bancos tradicionais: uma análise das implicações causadas pelos bancos digitais no mercado brasileiro**. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

MINAYO, M.C.S.; SANCHES O. Quantitativo – Qualitativo: Oposição ou Complementaridade. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.9, n. 3. pp. 239-262, jul/set .1993. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1993000300002>

NETO, Y. C. C. **Bancos Oficiais no Brasil: origem e aspectos de seu desenvolvimento**. Brasília: Ed. Banco Central do Brasil, 2004, 156 p. Disponível em:
[https://www.bcb.gov.br/html/public/Bancos Estaduais/livros_bancos_oficiais.pdf](https://www.bcb.gov.br/html/public/Bancos%20Estaduais/livros_bancos_oficiais.pdf)

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RIBEIRO, A. O.; BAGNOLI, V. OPEN BANKING: Impactos e desafios no mercado financeiro. **Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional**, Curitiba, v. 13, p. 216-242, ago/dez 2020. <https://doi.org/10.24068/2177.8256.2020.12.23;216.242>